RENNER

Lojas Renner S.A.

Demonstrações Financeiras Padronizadas 2011



1a CORPORAÇÃO BRASILEIRA ANO 6

LREN3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 9

Demonstração do Fluxo de Caixa 10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 12

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 13

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 14

Demonstração do Valor Adicionado 15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 17

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011 25

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 26

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 27

Demonstração do Valor Adicionado 28

Relatório da Administração 30

Notas Explicativas 44

Proposta de Orçamento de Capital 79

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 80

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 82

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 83

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	122.821
Preferenciais	0
Total	122.821
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/04/2011	Ordinária		0,57400
Reunião do Conselho de Administração	14/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,15100
Assembléia Geral Ordinária	11/04/2011	Dividendo	20/04/2011	Ordinária		1,31420
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,15440
Reunião do Conselho de Administração	23/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,15810
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	30/04/2012	Ordinária		0,16020
Proposta	20/04/2012	Dividendo	30/04/2012	Ordinária		1,43489

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.470.337	2.048.144	1.855.560
1.01	Ativo Circulante	1.368.768	1.297.982	1.355.338
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	431.412	457.538	410.713
1.01.03	Contas a Receber	522.587	535.730	721.008
1.01.03.01	Clientes	507.036	505.484	696.196
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.551	30.246	24.812
1.01.04	Estoques	378.376	275.950	203.693
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.438	18.487	15.931
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.438	18.487	15.931
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.955	10.277	3.993
1.02	Ativo Não Circulante	1.101.569	750.162	500.222
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	248.162	253.444	89.391
1.02.01.03	Contas a Receber	4.564	5.872	5.245
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.564	5.872	5.245
1.02.01.06	Tributos Diferidos	70.174	75.457	62.977
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.174	75.457	62.977
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	173.424	172.115	21.169
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	6.147	9.508	9.443
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	17.277	12.607	11.726
1.02.01.09.05	FIDC Lojas Renner	150.000	150.000	0
1.02.02	Investimentos	183.641	22.743	12.926
1.02.02.01	Participações Societárias	183.641	22.743	12.926
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	183.578	22.680	12.863
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63	63
1.02.03	Imobilizado	579.064	406.998	351.792
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	563.391	390.941	351.710
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	15.673	16.057	82
1.02.04	Intangível	90.702	66.977	46.113
1.02.04.01	Intangíveis	90.702	66.977	46.113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.04.01.02	Outros	90.702	66.977	46.113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.470.337	2.048.144	1.855.560
2.01	Passivo Circulante	907.494	897.921	907.828
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.951	72.082	60.255
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.164	15.744	12.861
2.01.01.01.01	Encargos sociais	19.164	15.744	12.861
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.787	56.338	47.394
2.01.01.02.01	Salários a pagar	44.787	56.338	47.394
2.01.02	Fornecedores	386.182	317.078	268.061
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	386.182	317.078	268.061
2.01.03	Obrigações Fiscais	208.385	145.429	127.369
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95.321	67.736	56.017
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	45.790	22.037	20.313
2.01.03.01.02	Outros obrigações Fiscais Federais	49.531	45.699	35.704
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	112.290	77.104	70.944
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	774	589	408
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	76.544	200.314	312.467
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	76.544	200.314	312.467
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	65.320	200.314	312.467
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.224	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	153.586	145.437	123.344
2.01.05.02	Outros	153.586	145.437	123.344
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.847	61.167	38.940
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	17.959	16.208	8.709
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	33.405	26.456	22.452
2.01.05.02.05	Outras obrigações	31.753	34.552	47.236
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	3.622	7.054	6.007
2.01.06	Provisões	18.846	17.581	16.332
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.846	17.581	16.332
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.557	11.943	10.680

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.289	5.638	5.652
2.02	Passivo Não Circulante	407.845	128.915	81.296
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	322.333	36.415	35.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	24.276	36.415	35.271
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	24.276	36.415	35.271
2.02.01.02	Debêntures	298.057	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	38.578	49.228	19.879
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.061	17.335	0
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	8.061	17.335	0
2.02.02.02	Outros	30.517	31.893	19.879
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	22.451	28.964	13.720
2.02.02.02.04	Outras obrigações	8.066	2.929	6.159
2.02.04	Provisões	46.934	43.272	26.146
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	46.934	43.272	26.146
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	46.934	29.099	15.742
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173	10.404
2.03	Patrimônio Líquido	1.154.998	1.021.308	866.436
2.03.01	Capital Social Realizado	421.683	408.734	402.945
2.03.02	Reservas de Capital	191.642	173.569	156.184
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	73.477	55.404	38.019
2.03.04	Reservas de Lucros	539.533	441.615	308.819
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.276	144.585	88.796
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	379.445	295.218	218.211
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.140	-2.610	-1.512

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.105.831	2.726.604	2.342.751
3.01.01	Receita líquida com vendas de mercadorias	2.795.085	2.462.683	2.115.968
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	310.746	263.921	226.783
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.338.757	-1.209.459	-1.084.911
3.02.01	Custo das vendas com mercadorias	-1.317.873	-1.182.367	-1.055.748
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-20.884	-27.092	-29.163
3.03	Resultado Bruto	1.767.074	1.517.145	1.257.840
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.296.336	-1.116.084	-1.002.453
3.04.01	Despesas com Vendas	-746.428	-645.290	-557.555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-239.610	-211.764	-180.342
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-106.703	-88.170	-112.419
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.495	13.610	3.213
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-229.987	-205.640	-175.547
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-115.110	-105.120	-78.158
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-18.073	-17.385	-17.243
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-92.743	-75.661	-73.794
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-439	-420	-345
3.04.05.05	Participações estatutárias	-3.622	-7.054	-6.007
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.897	21.170	20.197
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	470.738	401.061	255.387
3.06	Resultado Financeiro	4.474	27.405	7.684
3.06.01	Receitas Financeiras	49.763	43.476	27.803
3.06.02	Despesas Financeiras	-45.289	-16.071	-20.119
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	475.212	428.466	263.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-138.305	-120.438	-73.482
3.08.01	Corrente	-135.469	-132.918	-82.599
3.08.02	Diferido	-2.836	12.480	9.117
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	336.907	308.028	189.589
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	336.907	308.028	189.589

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,75040	2,52520	1,55800
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,69650	2,47960	1,54510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	336.907	308.028	189.589
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.750	-1.098	-1.512
4.02.01	Hedge fluxo de caixa	4.750	-1.098	-1.512
4.03	Resultado Abrangente do Período	341.657	306.930	188.077

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	345.624	334.180	331.270
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	474.754	386.424	261.434
6.01.01.01	Lucro líquido do período	336.907	308.028	189.589
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	92.694	75.611	73.683
6.01.01.03	Amortização de ágio	49	50	111
6.01.01.04	Resultado oper venda ou baixa dos ativos fixos	526	420	522
6.01.01.05	Juros provisionados, líquido do pagos	17.466	13	42
6.01.01.06	Plano de opção de compra de ações	18.073	17.385	17.243
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-10.897	-21.170	-20.197
6.01.01.08	Provisão p/riscos trib, cíveis e trabalhistas	4.927	18.375	6.533
6.01.01.09	Tributos diferidos	5.283	-12.480	-9.117
6.01.01.10	Provisões para perdas em ativos	9.726	192	3.025
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-129.130	-63.547	44.996
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-9.467	194.797	-53.345
6.01.02.02	Estoques	-104.239	-76.534	-12.732
6.01.02.03	Perdas não realizadas com derivativos	4.750	-1.098	-1.512
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	3.704	-15.781	7.112
6.01.02.05	Depósitos judiciais	3.361	-65	2.847
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-152.460	-115.487	-14.302
6.01.02.07	Financiamento das importações	11.224	0	0
6.01.02.08	Aplicação quotas subordinadas FIDC Lojas Renner	0	-150.000	0
6.01.02.09	Fornecedores	69.104	49.017	98.173
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	-11.551	8.944	17.315
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	59.863	36.187	7.615
6.01.02.12	Outras obrigações	2.338	-15.913	-1.802
6.01.02.13	Aluguéis a pagar	6.949	4.004	-4.528
6.01.02.14	Obrigações estatutárias	-3.432	1.047	3.306
6.01.02.15	Débitos com empresas ligadas	-9.274	17.335	-3.151
6.01.03	Outros	0	11.303	24.840

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.03.01	Recebimento de dividendos de subsidiárias	0	11.303	24.840
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-439.060	-152.101	-69.172
6.02.01	Aquisições do imobilizado	-244.338	-127.388	-57.979
6.02.02	Aquisições do intangível	-44.843	-32.897	-11.214
6.02.03	Recebimento por venda de ativos fixos	171	8.184	21
6.02.04	Aporte de capital em subsidiária	-150.050	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	67.310	-135.254	-29.138
6.03.01	Empréstimos tomados	298.057	13.558	14.428
6.03.02	Aumento de capital social	12.949	5.789	3.019
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-12.138	-9.095	0
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos	-231.558	-145.506	-46.585
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-26.126	46.825	232.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.538	410.713	177.753
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	431.412	457.538	410.713

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.949	18.073	97.918	-336.907	0	-207.967
5.04.01	Aumentos de Capital	12.949	0	0	0	0	12.949
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.073	0	0	0	18.073
5.04.06	Dividendos	0	0	158.276	-176.234	0	-17.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.446	0	-76.446
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	84.227	-84.227	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.585	0	0	-144.585
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	336.907	4.750	341.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	336.907	0	336.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.750	4.750
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.750	4.750
5.07	Saldos Finais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.789	17.385	132.796	-308.028	0	-152.058
5.04.01	Aumentos de Capital	5.789	0	0	0	0	5.789
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.385	0	0	0	17.385
5.04.06	Dividendos	0	0	144.585	-160.793	0	-16.208
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.228	0	-70.228
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	77.007	-77.007	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-88.796	0	0	-88.796
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	308.028	-1.098	306.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	308.028	0	308.028
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.098	-1.098
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.098	-1.098
5.07	Saldos Finais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	399.926	138.941	172.626	0	0	711.493
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	399.926	138.941	172.626	0	0	711.493
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.019	17.243	136.193	-189.589	0	-33.134
5.04.01	Aumentos de Capital	3.019	0	0	0	0	3.019
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.243	0	0	0	17.243
5.04.06	Dividendos	0	0	88.796	-97.505	0	-8.709
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-44.687	0	-44.687
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	47.397	-47.397	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	189.589	-1.512	188.077
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	189.589	0	189.589
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.512	-1.512
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.512	-1.512
5.07	Saldos Finais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	3.951.755	3.498.975	2.946.881
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.043.671	3.556.957	3.057.622
7.01.02	Outras Receitas	14.787	30.188	1.678
7.01.02.01	Resultado da baixa de ativos fixos	-439	-420	-345
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	15.226	30.608	2.023
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-106.703	-88.170	-112.419
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.142.944	-1.923.221	-1.708.932
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.619.392	-1.438.799	-1.302.849
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-504.523	-464.290	-388.521
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-19.029	-20.132	-17.562
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.808.811	1.575.754	1.237.949
7.04	Retenções	-92.743	-75.661	-73.794
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-92.743	-75.661	-73.794
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.716.068	1.500.093	1.164.155
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.660	64.646	48.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.897	21.170	20.197
7.06.02	Receitas Financeiras	49.763	43.476	27.803
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.776.728	1.564.739	1.212.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.776.728	1.564.739	1.212.155
7.08.01	Pessoal	379.156	340.580	291.791
7.08.01.01	Remuneração Direta	272.835	250.978	210.468
7.08.01.02	Benefícios	57.997	45.147	38.871
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.137	19.960	19.183
7.08.01.04	Outros	24.187	24.495	23.269
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	18.073	17.385	17.243
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	6.114	7.110	6.026
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	857.022	772.276	600.204
7.08.02.01	Federais	393.331	366.361	264.817
7.08.02.02	Estaduais	446.782	391.794	323.696

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.02.03	Municipais	16.909	14.121	11.691
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	203.643	143.855	130.571
7.08.03.02	Aluguéis	158.702	127.998	110.665
7.08.03.03	Outras	44.941	15.857	19.906
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	44.941	15.857	19.906
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	336.907	308.028	189.589
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	76.446	70.228	44.687
7.08.04.02	Dividendos	176.234	160.793	97.505
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.227	77.007	47.397

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.983.504	2.456.015	1.921.197
1.01	Ativo Circulante	2.035.555	1.872.921	1.428.305
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	578.264	683.661	411.370
1.01.03	Contas a Receber	1.022.451	893.748	793.224
1.01.03.01	Clientes	1.006.315	863.493	768.412
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.136	30.255	24.812
1.01.04	Estoques	402.748	275.950	203.693
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.445	18.610	16.025
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.445	18.610	16.025
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.647	952	3.993
1.02	Ativo Não Circulante	947.949	583.094	492.892
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	143.547	103.451	89.144
1.02.01.03	Contas a Receber	4.564	5.872	4.998
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.564	5.872	4.998
1.02.01.06	Tributos Diferidos	115.517	75.457	62.977
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.466	22.122	21.169
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	6.189	9.515	9.443
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	17.277	12.607	11.726
1.02.02	Investimentos	63	63	63
1.02.02.01	Participações Societárias	63	63	63
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	63	63	63
1.02.03	Imobilizado	599.481	412.603	357.572
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	583.100	396.546	357.490
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.381	16.057	82
1.02.04	Intangível	204.858	66.977	46.113
1.02.04.01	Intangíveis	127.850	66.977	46.113
1.02.04.01.02	Outros	127.850	66.977	46.113
1.02.04.02	Goodwill	77.008	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.983.504	2.456.015	1.921.197
2.01	Passivo Circulante	1.065.575	977.575	973.334
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67.001	72.108	60.196
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.235	15.753	12.801
2.01.01.01.01	Encargos sociais	20.235	15.753	12.801
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.766	56.355	47.395
2.01.01.02.01	Salários a pagar	46.766	56.355	47.395
2.01.02	Fornecedores	429.887	318.285	268.072
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	429.887	318.285	268.072
2.01.03	Obrigações Fiscais	211.273	146.674	128.358
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.020	68.940	56.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.073	23.001	21.108
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	50.947	45.939	35.792
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	113.411	77.104	70.944
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	842	630	514
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	172.159	279.426	382.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	172.159	279.426	382.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	160.935	279.426	382.417
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	11.224	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	166.131	143.501	117.959
2.01.05.02	Outros	166.131	143.501	117.959
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	66.847	61.167	38.940
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	17.959	16.208	8.709
2.01.05.02.04	Aluguéis a pagar	24.961	20.809	16.842
2.01.05.02.05	Outras obrigações	52.742	38.263	47.461
2.01.05.02.06	Participações estatutárias	3.622	7.054	6.007
2.01.06	Provisões	19.124	17.581	16.332
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	19.124	17.581	16.332
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.567	11.943	10.680

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.01.06.01.05	Provisões para riscos trabalhistas	6.557	5.638	5.652
2.02	Passivo Não Circulante	762.931	457.132	81.427
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	666.003	377.076	35.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	367.946	377.076	35.271
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	367.946	377.076	35.271
2.02.01.02	Debêntures	298.057	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	49.642	36.642	19.879
2.02.02.02	Outros	49.642	36.642	19.879
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	23.383	28.964	13.720
2.02.02.02.04	Outros	26.259	7.678	6.159
2.02.04	Provisões	47.286	43.414	26.277
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.286	43.414	26.277
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	47.286	29.241	15.873
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	14.173	10.404
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.154.998	1.021.308	866.436
2.03.01	Capital Social Realizado	421.683	408.734	402.945
2.03.02	Reservas de Capital	191.642	173.569	156.184
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	118.165	118.165	118.165
2.03.02.04	Opções Outorgadas	73.477	55.404	38.019
2.03.04	Reservas de Lucros	539.533	441.615	308.819
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812	1.812	1.812
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.276	144.585	88.796
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	379.445	295.218	218.211
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.140	-2.610	-1.512

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.238.543	2.751.338	2.363.628
3.01.01	Receita líquida com venda de mercadorias	2.896.617	2.462.683	2.115.968
3.01.02	Receita líquida com produtos e serviços financeiros	341.926	288.655	247.660
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.396.129	-1.209.459	-1.084.911
3.02.01	Custo das vendas de mercadorias	-1.375.245	-1.182.367	-1.055.748
3.02.02	Custo dos produtos e serviços financeiros	-20.884	-27.092	-29.163
3.03	Resultado Bruto	1.842.414	1.541.879	1.278.717
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.369.781	-1.137.405	-1.020.475
3.04.01	Despesas com Vendas	-775.541	-641.702	-554.469
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-250.682	-211.764	-180.346
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-109.427	-88.172	-112.419
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.495	13.611	3.215
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-249.626	-209.378	-176.456
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-129.633	-108.732	-78.788
3.04.05.02	Plano de opção de compra de ações	-18.073	-17.385	-17.243
3.04.05.03	Depreciações e amortizações	-97.637	-75.787	-74.073
3.04.05.04	Resultado na baixa de ativos fixos	-661	-420	-345
3.04.05.05	Participações estatutárias	-3.622	-7.054	-6.007
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	472.633	404.474	258.242
3.06	Resultado Financeiro	2.760	27.297	7.617
3.06.01	Receitas Financeiras	50.299	43.484	27.803
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.539	-16.187	-20.186
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	475.393	431.771	265.859
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-138.486	-123.743	-76.270
3.08.01	Corrente	-140.014	-136.223	-85.387
3.08.02	Diferido	1.528	12.480	9.117
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	336.907	308.028	189.589
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	336.907	308.028	189.589
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	336.907	308.028	189.589

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,75040	2,52520	1,55800
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,69650	2,47960	1,54510

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	336.907	308.028	189.589
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.750	-1.098	-1.512
4.02.01	Hedgee fluxo de caixa	4.750	-1.098	-1.512
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	341.657	306.930	188.077
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	341.657	306.930	188.077

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	274.085	559.646	330.980
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	487.301	407.732	282.041
6.01.01.01	Lucro líquido do período	336.907	308.028	189.589
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	97.588	75.737	73.962
6.01.01.03	Amortização de ágio	49	50	111
6.01.01.04	Resultado oper venda ou baixa ativos fixos	652	420	522
6.01.01.05	Mais valia estoque baixada no exercício	212	0	0
6.01.01.06	Juros provisionados, líquidos dos pagos	17.670	13	42
6.01.01.07	Plano de opção de compra de ações	18.073	17.385	17.243
6.01.01.09	Provisão p/riscos trib, cíveis e trabalhistas	4.841	18.386	6.664
6.01.01.10	Tributos diferidos	-389	-12.480	-9.117
6.01.01.11	Provisão para perdas em ativos	11.698	193	3.025
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-213.216	151.914	48.939
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-141.751	-90.996	-58.984
6.01.02.02	Estoques	-110.420	-76.534	-12.732
6.01.02.03	Perdas/ganhos não realizadas com derivativos	4.750	-1.098	-1.512
6.01.02.04	Outros ativos circulantes	-1.370	-6.742	7.366
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	3.326	-72	2.847
6.01.02.06	Financiamento - operações serviços financeiros	-147.214	-106.325	-11.602
6.01.02.07	Financiamentos das importações	11.224	0	0
6.01.02.08	Financiamentos - operações serviços financeiros FIDC	3.009	340.661	0
6.01.02.09	Fornecedores	84.891	50.213	98.184
6.01.02.10	Salários e férias a pagar	-10.059	8.960	17.309
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	61.452	36.512	7.724
6.01.02.12	Outras obrigações	28.226	-7.679	-1.637
6.01.02.13	Aluguéis a pagar	4.152	3.967	-1.330
6.01.02.14	Obrigações estatutárias	-3.432	1.047	3.306
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-448.120	-152.101	-69.172
6.02.01	Aquisições do imobilizado	-248.724	-127.388	-57.979

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.02.02	Aquisições do intangível	-47.901	-32.897	-11.214
6.02.03	Aquisição em participação societária	-151.880	0	0
6.02.04	Caixa recebido na aquisição de controlada	109	0	0
6.02.05	Recebimento por venda de ativos fixos	276	8.184	21
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	68.638	-135.254	-29.138
6.03.01	Empréstimos tomados	330.636	13.558	14.428
6.03.02	Aumento de capital social	12.949	5.789	3.019
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-43.389	-9.095	0
6.03.04	Juros sobre capital próprio e dividendos	-231.558	-145.506	-46.585
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-105.397	272.291	232.670
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	683.661	411.370	178.700
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	578.264	683.661	411.370

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308
5.04	Transações de Capital com os Sócios	12.949	18.073	97.918	-336.907	0	-207.967	0	-207.967
5.04.01	Aumentos de Capital	12.949	0	0	0	0	12.949	0	12.949
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	18.073	0	0	0	18.073	0	18.073
5.04.06	Dividendos	0	0	158.276	-176.234	0	-17.958	0	-17.958
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-76.446	0	-76.446	0	-76.446
5.04.08	Reserva para investimento de expansão	0	0	84.227	-84.227	0	0	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-144.585	0	0	-144.585	0	-144.585
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	336.907	4.750	341.657	0	341.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	336.907	0	336.907	0	336.907
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.750	4.750	0	4.750
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	4.750	4.750	0	4.750
5.07	Saldos Finais	421.683	191.642	539.533	0	2.140	1.154.998	0	1.154.998

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.789	17.385	132.796	-308.028	0	-152.058	0	-152.058
5.04.01	Aumentos de Capital	5.789	0	0	0	0	5.789	0	5.789
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.385	0	0	0	17.385	0	17.385
5.04.06	Dividendos	0	0	144.585	-160.793	0	-16.208	0	-16.208
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.228	0	-70.228	0	-70.228
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	77.007	-77.007	0	0	0	0
5.04.09	Deliberação dividendo adicional proposto	0	0	-88.796	0	0	-88.796	0	-88.796
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	308.028	-1.098	306.930	0	306.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	308.028	0	308.028	0	308.028
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.098	-1.098	0	-1.098
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.098	-1.098	0	-1.098
5.07	Saldos Finais	408.734	173.569	441.615	0	-2.610	1.021.308	0	1.021.308

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	399.926	138.941	172.626	0	0	711.493	0	711.493
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	399.926	138.941	172.626	0	0	711.493	0	711.493
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.019	17.243	136.193	-189.589	0	-33.134	0	-33.134
5.04.01	Aumentos de Capital	3.019	0	0	0	0	3.019	0	3.019
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	17.243	0	0	0	17.243	0	17.243
5.04.06	Dividendos	0	0	88.796	-97.505	0	-8.709	0	-8.709
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-44.687	0	-44.687	0	-44.687
5.04.08	Reserva para investimento e expansão	0	0	47.397	-47.397	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	189.589	-1.512	188.077	0	188.077
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	189.589	0	189.589	0	189.589
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.512	-1.512	0	-1.512
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.512	-1.512	0	-1.512
5.07	Saldos Finais	402.945	156.184	308.819	0	-1.512	866.436	0	866.436

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	4.104.227	3.526.030	2.969.737
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.199.105	3.584.013	3.080.476
7.01.02	Outras Receitas	14.549	30.189	1.680
7.01.02.01	Resultado de baixa de ativos fixos	-661	-420	-345
7.01.02.02	Outros resultados operacionais	15.210	30.609	2.025
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-109.427	-88.172	-112.419
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.243.242	-1.926.658	-1.709.430
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.682.143	-1.438.799	-1.302.849
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-539.498	-467.727	-389.019
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-21.601	-20.132	-17.562
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.860.985	1.599.372	1.260.307
7.04	Retenções	-97.637	-75.787	-74.073
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-97.637	-75.787	-74.073
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.763.348	1.523.585	1.186.234
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.299	43.484	27.803
7.06.02	Receitas Financeiras	50.299	43.484	27.803
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.813.647	1.567.069	1.214.037
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.813.647	1.567.069	1.214.037
7.08.01	Pessoal	392.686	340.710	291.796
7.08.01.01	Remuneração Direta	283.486	251.096	210.474
7.08.01.02	Benefícios	59.778	45.147	38.870
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.235	19.972	19.183
7.08.01.04	Outros	24.187	24.495	23.269
7.08.01.04.01	Plano de opção de compra de ações	18.073	17.385	17.243
7.08.01.04.02	Remuneração dos administradores	6.114	7.110	6.026
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	875.114	777.953	605.218
7.08.02.01	Federais	402.612	370.694	268.688
7.08.02.02	Estaduais	453.079	391.794	323.696
7.08.02.03	Municipais	19.423	15.465	12.834

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	208.940	140.378	127.434
7.08.03.02	Aluguéis	161.864	124.411	107.462
7.08.03.03	Outras	47.076	15.967	19.972
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	47.076	15.967	19.972
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	336.907	308.028	189.589
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	76.446	70.228	44.687
7.08.04.02	Dividendos	176.234	160.793	97.505
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	84.227	77.007	47.397

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Prezados Acionistas,

O ano de 2011 foi diferenciado para o setor de varejo e para a Renner. No cenário macro, tivemos, pela primeira vez na história, a condição de quase pleno emprego no País, com o desemprego no ano de 2011 em 6%, a criação de vagas formais atingiu a marca de aproximadamente 2 milhões de novas posições no acumulado do período e o crédito chegou a 49,1% do PIB, com a inadimplência relativamente estável, em torno de 7%. Medidas do Governo para redução da informalidade ajudaram o varejo formal a continuar evoluindo e tudo isso certamente contribuiu para o cenário favorável vivenciado ao longo do ano, especialmente no primeiro semestre.

Na Renner, 2011 caracterizou-se por grandes desafios operacionais. Pela primeira vez em nossa história, inauguramos 30 lojas em um único ano; além disso, adquirimos a Camicado, com 27 lojas, uma empresa no segmento de casa e decoração para complementar o mix de produtos atualmente oferecidos por nós; lançamos três protótipos da Blue Steel, marca jovem da Renner que passou a ser testada através do formato de lojas especializadas e demos continuidade ao lançamento de cartões embandeirados, com Mastercard e Visa. Ainda na parte comercial, continuamos desenvolvendo nosso site de vendas *on-line* e iniciamos um importante ciclo de melhorias nos processos de logística e oferta de produtos.

Quanto às operações, no ano de 2011, implementamos novos e mais apurados processos para a gestão de lojas e iniciamos a construção de um centro de distribuição na Região Sudeste, com 50 mil m^2, primeiro passo para a implementação de nosso novo processo logístico.

Após a aquisição da Camicado, dedicamos uma equipe especializada, cujo foco está na integração dos negócios e em uma série de iniciativas de melhorias e transformações na área de vendas. A Administração está otimista e confiante no potencial deste negócio, tanto em termos de ganhos de margens operacionais quanto em oportunidades de expansão rápida.

Outros destaques do período foram a emissão de R$ 300 milhões em debêntures, que otimizou a estrutura de capital da Companhia, e a utilização do FIDC - Fundo de Recebíveis em Direitos Creditórios Lojas Renner, o qual está em operação desde o final de dezembro de 2010 para o financiamento dos clientes do Cartão Renner.

Todos estes esforços se transformaram em importantes resultados em 2011, sendo que a Receita Líquida das Vendas de Mercadorias aumentou 17,6% e as Vendas em Mesmas Lojas tiveram um incremento de 7,2%. A Margem Bruta atingiu 52,5% ante 52,0% em 2010, mesmo com todos os desafios enfrentados ao longo do ano, referentes aos maiores custos do algodão. Não obstante a inauguração de 30 lojas, as despesas em relação à Receita Líquida das Vendas de Mercadorias ficaram levemente acima de 2010.

A Geração Operacional de Caixa (EBITDA) advinda do varejo, somada aos Resultados dos Serviços Financeiros, foi de R$ 592,6 milhões, ante R$ 505,1 milhões em 2010, apresentando um crescimento de 17,3%, com a margem igual à do ano anterior, em 20,5%, mesmo após a consolidação da Camicado. No ano, foram realizados investimentos totais de R$ 296,6 milhões em novas lojas, em remodelações, em sistemas e equipamentos de tecnologia e nos Centros de Distribuição.

A Renner entende que os fornecedores são parte primordial para o crescimento dos negócios e está focada na estratégia de manter relações próximas com eles, que garantam a agilidade e flexibilidade necessárias para a execução do modelo de *fast-fashion*. Por esta razão, realizamos, em 2011, importantes projetos de desenvolvimento da cadeia de fornecimento, priorizando o relacionamento com fornecedores nacionais, apresentando evoluções relevantes em termos de alianças comerciais e também através do Instituto Lojas Renner, que montou escolas de costureiras visando desenvolver mão de obra qualificada para esta importante malha fornecedora.

Também tivemos avanços na área de Responsabilidade Social. Em 2011, destinamos cerca de R$ 3,8 milhões para ações desenvolvidas em 13 Estados e o Distrito Federal. Só o investimento realizado em projetos de geração de emprego e renda voltados exclusivamente para a mulher possibilitou a capacitação profissional de 3.733 mulheres, através de 50 projetos. Esse recurso também possibilitou o apoio à formação de seis cooperativas de mulheres.

Tudo isso só foi e continuará sendo possível graças ao esforço e à dedicação de nossos 13.340 colaboradores, a quem agradecemos especialmente neste momento. É por essa razão que estamos sempre atentos às melhores práticas de gestão de pessoas e treinamos nossos colaboradores com o objetivo de capacitá-los profissionalmente para uma contínua melhoria no suporte à operação. Na área de Recursos Humanos, priorizamos a preparação das pessoas e o maior número de *trainees* que serão os gestores das novas operações. Mais uma vez, ficamos entre "As Melhores Empresas para Você Trabalhar" das Revistas Você S/A e Exame e obtivemos o 2º lugar no ranking "As Melhores na Gestão de Pessoas" da Revista Valor Carreira, na categoria empresas com mais de 10.000 funcionários.

Relatório da Administração

No âmbito de Governança Corporativa vale destacar a deliberação do Conselho de Administração para a declaração de Juros sobre Capital Próprio em bases trimestrais, assim como o Prêmio de Melhor Governança Corporativa concedido pela *IR Magazine Brazil Awards*/IBRI e o ranking dos Melhores Times Executivos da América Latina em 2011, segundo a *Institutional Investor Magazine*, onde a Companhia foi nominada em oito diferentes categorias no setor de consumo e varejo.

O ano de 2012 se configura positivo, mas desafiador. Não obstante as incertezas advindas da crise europeia, da potencial desaceleração na China e recuperação econômica nos Estados Unidos, a Companhia focará na sua estratégia de longo prazo e manterá todos os seus investimentos planejados. Devemos inaugurar 30 Lojas Renner e 6 Camicado, daremos início à operação do novo Centro de Distribuição e aceleraremos as emissões de cartões embandeirados.

Finalmente, gostaríamos de agradecer, em nome de toda a Administração, o apoio de nossos colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas e da comunidade em geral, todos os que nos acompanharam ao longo de 2011.

Obrigado a todos pela confiança em nós depositada.

CLAUDIO THOMAZ LOBO SONDER
Presidente do Conselho de Administração

JOSÉ GALLÓ
Diretor Presidente

Relatório da Administração

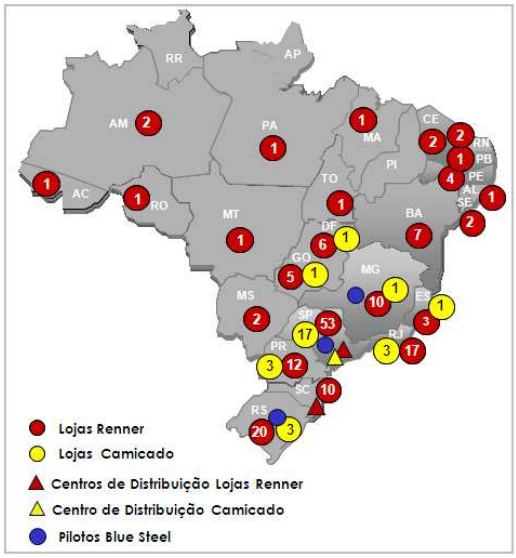
As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os resultados apresentados consolidam os números da Camicado a partir de maio de 2011. No entanto, as informações dos mesmos períodos de 2010 e de 2009 não incluem a Camicado. Já as informações indicadas como "Lojas Renner" consolidam apenas os resultados da Lojas Renner S.A. - controladora, Dromegon Participações Ltda. e Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda.

RESULTADOS DE 2011
DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2011 foi positivo para o varejo brasileiro como um todo, especialmente no primeiro semestre, quando o ambiente de consumo estava bastante vigoroso e as incertezas de uma possível crise na Europa eram menos evidentes. Com o passar dos meses, a segunda metade do ano mostrou-se mais desafiadora e mesmo assim, a Lojas Renner apresentou desempenho positivo, com ganhos importantes de margens.

Além dos aspectos macroeconômicos que marcaram o ano de 2011, algumas iniciativas operacionais adotadas pela Lojas Renner também mereceram destaque, tais como o desenvolvimento da cadeia de fornecedores brasileiros, o início da construção de um novo centro de distribuição, que trará mudanças estruturais no processo logístico, melhorias na operação de vendas pela web e nos processos de lojas. Ainda em 2011, houve a aquisição e a consolidação e integração da Camicado Houseware a partir de maio e o lançamento dos protótipos da Blue Steel, marca jovem da Renner que passou a ser testada através do formato de lojas especializadas. O lançamento de cartões embandeirados com Mastercard e Visa e o projeto de revitalização do Cartão Renner Private Label foram igualmente importantes no período.



Em 2011, a Receita Líquida Consolidada das Vendas de Mercadorias foi 17,6% maior que a registrada no mesmo período do ano anterior, totalizando R$ 2.896,6 milhões. Sob o conceito de Vendas em Mesmas Lojas para a Renner apenas, o crescimento foi de 7,2% sobre o mesmo período de 2010.

No ano, a Companhia seguiu com seu programa de expansão da rede de lojas, inaugurando 30 unidades da Renner, 3 da Camicado e 3 testes da Blue Steel, sendo 6 na Região Sul, 21 na Região Sudeste, 2 no Centro-Oeste, 6 no Nordeste e 1 no Norte. Estas inaugurações somaram investimentos consolidados de R$ 188,3 milhões enquanto que remodelações, logística, equipamentos e sistemas de tecnologia dentre outros demandaram recursos adicionais de R$ 108,3 milhões. A Lojas Renner totalizou 164 lojas em operação no País, com área de vendas de 318,0 mil metros quadrados, representando um incremento de 15,8% sobre o ano anterior. No período, a produtividade das lojas da Renner aumentou 2,1%, passando de R$ 9,5 mil por m² para R$ 9,7 mil por m². A Camicado, por sua vez, totalizou 30 lojas, com área de vendas de 15,5 mil m² e crescimento de área de 18,3% sobre o ano de 2010. Neste ano, foram ainda inauguradas 3 lojas piloto da Blue Steel, marca jovem da Renner que está sendo testada para um modelo de loja especializada. O plano de aberturas dos pilotos foi executado dentro do planejado, e, em março, foi inaugurada a primeira loja Blue Steel em São Paulo, com 300 m², a segunda foi aberta em agosto, em Belo Horizonte, com 180 m², e a terceira, em Porto Alegre, em novembro, com 150 m².

Nos últimos anos, a Lojas Renner vem dedicando seus esforços para obter mais velocidade e melhorar a gestão de seu inventário. Assim, buscando atender a maior demanda advinda do plano de expansão mais agressivo, a Companhia deu início a um projeto estratégico de logística, que será desenvolvido ao longo dos próximos três a cinco anos, o que irá ampliar a área de armazenagem própria dos atuais 28 mil m² para 150 mil m², através da construção de um novo CD e da ampliação dos existentes. Este projeto visa a mudança da gestão dos estoques de grades para SKUs (ou itens) e o processo logístico, que até hoje era de *cross-docking*, passará então a ser por sistema de *push & pull*. Em 2011, foi iniciada a construção de um novo centro de distribuição no Estado do Rio de Janeiro, que terá área total de 50 mil m², os quais serão adicionados aos 28 mil m² hoje em operação. Este projeto, quando concluído, trará benefícios em relação ao giro de estoques e margens, devido à melhor alocação dos produtos e menores necessidades de remarcações (*markdowns*) ou eventuais transferências de produtos entre lojas. A maior assertividade dos itens enviados a cada loja também deverá reduzir os *stock-outs*, ou faltas de produtos em algumas unidades.

A Lojas Renner conta com mais de 1.300 fornecedores cadastrados, dos quais aproximadamente 600 ativos. A Companhia entende que a sua base de fornecedores nacionais é extremamente importante para garantir agilidade e flexibilidade de ajustes nos estoques conforme o comportamento das vendas, atendendo rapidamente aos desejos dos clientes e cumprindo, mesmo sem nenhum processo integrado de produção, aos preceitos básicos do *fast-fashion*.

Relatório da Administração

Assim, em 2011 a Companhia trabalhou fortemente no desenvolvimento de seus fornecedores brasileiros, através de uma maior aproximação das partes, com a visão de desenvolver políticas compartilhadas, do treinamento e desenvolvimento pela Universidade Corporativa Renner e do compartilhamento dos planos de médio e longo prazos, visando maiores investimentos nos parques fabris e na redução de custos. Negociações triangulares (negociação direta com as tecelagens para que os fornecedores faccionistas da Companhia tenham um custo menor), gestão estratégica dos principais fornecedores, desenvolvimento de novos parceiros e a certificação dos mesmos através de empresa especializada em controle de qualidade são algumas outras iniciativas que continuaram a ser desenvolvidas. Além disso, em 2011, através do Instituto Lojas Renner, a Companhia abriu escolas de costura que irão preparar e qualificar mão de obra para a sua importante malha fornecedora nacional. Até o momento foram instituídas 2 escolas, que treinam 260 mulheres.

A qualidade e a padronização dos produtos são cada vez mais um diferencial para a Renner e, com base neste conceito, projetos importantes foram desenvolvidos ao longo dos últimos anos, tais como a avaliação periódica dos fornecedores locais e internacionais, de suas instalações e de sua capacidade produtiva (feita por empresa internacional especializada), por meio do Projeto Qualidade Renner (inspeção na origem) e da maior padronização de produtos em termos de tamanhos, principalmente. As peças de vestuário e calçados são inspecionadas na sua origem e, quando chegam aos centros de distribuição, já estão embaladas, etiquetadas e separadas nas quantidades exatas, todas de acordo com as exigências dos pedidos realizados. Nas operações pela internet, a fim de garantir mais eficiência, o controle de qualidade abrange 100% dos produtos ofertados.

A Lojas Renner foi a primeira empresa no Brasil a utilizar um sistema específico para gerir seus estoques por cor, tamanho e mix de produtos, o que vem lhe garantindo um processo logístico mais ágil, complementado por sistemas integrados de gestão de estoques e planejamento de compras. Esse sistema vem contribuindo positivamente para ganhos de margens, pois traz as habilidades e as ferramentas necessárias para organizar o sortimento de produtos, atendendo diferentes mercados, de acordo com as temperaturas, classes sociais e outras variáveis importantes. Foi com base nesses pilares que, ao longo de 2011, a Companhia aprimorou sua oferta de produtos e melhorou as margens, através do maior entendimento das particularidades de cada mercado.

No ano de 2011, o Lucro Bruto Consolidado da Operação de Varejo atingiu R$ 1.521,4 milhões, apresentando um importante incremento de 18,8% em relação ao ano anterior, e a Margem Bruta foi de 52,5% no período ante 52,0% de 2010. Este aumento foi realmente muito importante, visto que em 2011 a Companhia enfrentou fortes pressões nos custos de um dos principais insumos da cadeia têxtil, o algodão. Diante do cenário crítico que se configurou para todos os varejistas, a Renner trabalhou com seus fornecedores e no desenvolvimento de alternativas de design e de materiais e fibras e, mesmo diante de muitos desafios, conseguiu ter ganhos de margem bruta em todos os trimestres do ano.

Os avanços na consolidação da marca também representaram um fator importante e que merece destaque. O Conceito de Estilos de Vida (*Lifestyle*) vem se consolidando a cada ano, com os clientes Renner mostrando grande reconhecimento e aceitação do modelo nos pontos de venda. Para que o conceito atinja sua proposta de promover uma experiência de compras agradável, a Empresa organiza suas lojas dividindo-as por áreas, de acordo com as marcas que compreendem os diversos Estilos de Vida (*Lifestyles*), em vez de fazê-lo por categoria de produto. Essa estratégia não é uma mera exposição diferenciada dos produtos, pois o conceito tem como principal vetor a possibilidade de aumento de vendas cruzadas, evitando as sobreposições de modelos, trazendo maior giro dos estoques e reduzindo remarcações de preços, com reflexo direto na margem bruta da Companhia.

Em outubro, a Renner completou seu primeiro ano de operações de comércio pela internet, com vendas em linha com a expectativa da Companhia. Ao longo de 2011 foi executado um plano de ação para resolver questões de logística e outros detalhes operacionais, o que dará mais força para este negócio em 2012.

No ano, foram lançadas mais duas novas edições da Revista Renner, que vem servindo como um forte instrumento de alavancagem das vendas. A Revista é criada e desenvolvida por uma equipe de profissionais com grande experiência no mercado editorial, e os anúncios são dos parceiros e fornecedores da Lojas Renner. A publicação é distribuída gratuitamente nas lojas e para um *mailing* seleto de clientes e agentes formadores de opinião.

No segmento de Produtos Financeiros, a Companhia conta, atualmente, com mais de 19 milhões de clientes do Cartão Renner, o qual é também aceito nas unidades da Camicado desde outubro, e entende que esse banco de dados é um importante ativo que gera significativo aumento de rentabilidade e adição de valor para seus acionistas.

Ao longo do ano foi iniciado um projeto de revitalização do Cartão Private Label, tornando este produto mais atrativo aos clientes. Estratégias de maior facilidade de uso e de um novo design foram desenvolvidas ao longo de 2011 para fortalecer as bases de relacionamento com os clientes em 2012.

Em 2011, a partir de setembro, foi acelerado o processo de emissão de cartões *co-branded* para o público externo. Denominado de **Meu Cartão**, este plástico tem as bandeiras Mastercard ou Visa. Após inovar, sendo a primeira instituição não-financeira no mundo certificada pela MasterCard e Visa a emitir cartões de

Relatório da Administração

crédito, a lançar simultaneamente as duas bandeiras no Brasil e, também, ser a primeira emissora a permitir que o cliente escolha a forma de pagamento, entre as opções de fatura e carnê para compras nas lojas, a Renner já emitiu 540 mil cartões.

O usuário do **Meu Cartão** conta com a segurança de chip e senha, minimizando o risco de fraudes, com um limite exclusivo para compras na Lojas Renner. O cliente escolhe quanto, onde e como pagar. Também foi disponibilizado um limite de crédito para saques emergenciais.

Adicionalmente a essas funcionalidades, o usuário conta com alternativas de personalização do cartão, como a escolha do design do plástico e com incentivos ao uso, tais como descontos nas tarifas para pagamento em loja, fatura premiada, etc.

Os cartões embandeirados adicionarão mais valor aos negócios da Companhia nos próximos anos, já que a Lojas Renner entende que esta iniciativa poderá apresentar maior uso e ativação do cartão da Empresa, além de trazer receitas adicionais com as taxas recebidas pela utilização dos plásticos em outros estabelecimentos e com a implementação de outros serviços financeiros, fortalecendo o relacionamento com os clientes pela maior presença da marca em seu dia-a-dia.

Ainda no segmento de Produtos Financeiros, vale destacar algumas iniciativas operacionais que trouxeram importantes resultados para esta operação e reduziram os níveis de inadimplência históricos apresentados. Em 2011, o Cartão Renner teve 2,9% de perdas reconhecidas e este percentual é consideravelmente mais baixo que os níveis históricos de 4%, apesar de levemente acima dos 2,8% apresentados em 2010 (ou 11,1% se considerada a carteira de crédito apenas *versus* 10,0% em 2010). Este resultado advém da centralização do processo de concessão de crédito, iniciada no final de 2009, e do aprimoramento constante dos modelos de crédito, onde mais de 600 variáveis são observadas na definição do perfil dos clientes através de um sistema de redes neurais, além de garantir maior padronização do processo, maior especialização do pessoal dedicado, e, ainda, menores riscos de fraudes. O sistema neural avalia o *score* de crédito dos clientes através da combinação de estatísticas baseadas nos dados constantes na própria base de clientes do Cartão Renner. A manutenção de uma estratégia de cobrança alinhada com as condições macroeconômicas e o perfil da carteira em atraso, bem como uma maior assertividade dos modelos de propensão às ofertas de produtos em ações de CRM (*Customer Relationship Management*), também colaboraram para os resultados apresentados.

Assim, a Geração Operacional de Caixa (EBITDA) no ano de 2011, incluindo os resultados da Operação de Varejo e dos Serviços Financeiros, foi de R$ 592,6 milhões, apresentando um crescimento de 17,3% sobre o ano de 2010. A Margem EBITDA, por sua vez, foi de 20,5% em 2011, igual à apresentada em 2010.

Todos os fatores acima mencionados são de extrema importância para a continuidade dos negócios e deverão beneficiar os resultados em 2012, pois a Administração acredita que existe potencial para melhorias no que diz respeito aos sistemas e processos de gestão de estoques e compras, com maior velocidade e menores remarcações de preços, e às oportunidades geradas pela exploração do Cartão Renner e dos Serviços Financeiros. A expansão da Camicado e o melhor aproveitamento de sua área de vendas atual, com a implantação do Conceito de Lifestyle, com maior adição de valor ao mix existente e com maiores níveis de serviços, também são importantes metas para 2012.

Relatório da Administração

RESULTADOS DE 2011

OPERAÇÃO DE VAREJO

RESUMO DOS RESULTADOS (R$ MM)	2011	2010	2009
Receita Líquida das Vendas de Mercadorias	2.896,6	2.462,7	2.116,0
Lucro Bruto da Operação de Varejo	1.521,4	1.280,3	1.060,2
Margem Bruta da Operação de Varejo (%)	52,5%	52,0%	50,1%
LAJIDA (EBITDA) Varejo	467,6	384,1	288,3
Margem LAJIDA (EBITDA) da Operação de Varejo (%)	16,1%	15,6%	13,6%

Receita Líquida

A **Receita Líquida das Vendas de Mercadorias** foi de **R$ 2.896,6 milhões** em **2011**, apresentando um crescimento de **17,6%** sobre as vendas da Renner em 2010. Sob o conceito de **Vendas em Mesmas Lojas** para a Renner apenas, o crescimento foi de **7,2%** sobre o mesmo período de 2010. Esse crescimento foi influenciado pela assertividade das coleções, pelo forte desempenho econômico, principalmente no primeiro semestre do ano, assim como pela boa performance das vendas nas principais datas comemorativas.

Lucro Bruto

O **Lucro Bruto das Vendas de Mercadorias** apresentou um crescimento de **18,8%** em relação a igual período de 2010, passando de R$ 1.280,3 milhões para **R$ 1.521,4 milhões.** A **Margem Bruta da Operação de Varejo** foi de **52,5%**, superior 0,5 ponto percentual sobre a apresentada pela Companhia em 2010. O aumento da Margem Bruta deve-se a algumas iniciativas operacionais implementadas ao longo dos últimos anos, tais como, maior uso do sistema de gestão de estoques por cores e tamanhos, melhores negociações com fornecedores locais e internacionais assim como na melhor composição dos estoques em 2011, mesmo com todos os desafios enfrentados ao longo do ano, referentes aos maiores custos do algodão. A consolidação da Camicado exerceu um efeito diluidor mínimo nesta margem.

Despesas Operacionais

Quanto às **Despesas Operacionais,** em 2011, a Companhia apresentou **Despesas com Vendas** de **R$ 775,5 milhões**, representando **26,8%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias *versus* 26,1% no mesmo período do ano anterior. Esta pressão deve-se a um maior nível de despesas pré-operacionais relativas ao elevado número de lojas que foram inauguradas no ano, principalmente no quarto trimestre, e também à consolidação da Camicado.

As **Despesas Gerais e Administrativas**, por sua vez, foram de **R$ 250,7 milhões,** representando **8,7%** da Receita Líquida e ficando em linha com a do ano anterior, que foi de 8,6%, mesmo após a consolidação da Camicado. Despesas incorridas no primeiro semestre de 2011 decorrentes dos ajustes nas áreas corporativas e de logística da Companhia para suportar o novo patamar de crescimento inibiram uma maior alavancagem operacional no período.

LAJIDA[1] (EBITDA) do Varejo

A **Operação de Varejo** gerou, ao longo de 2011, um **LAJIDA (EBITDA)** de **R$ 467,6 milhões** *versus* R$ 384,1 milhões em 2010, com crescimento de 21,7%. A **Margem LAJIDA (EBITDA) do Varejo** atingiu **16,1%** em 2011 *versus* 15,6% em 2010. Estes resultados advêm do bom desempenho de vendas no período, atrelado aos importantes ganhos de margem bruta. Os números apresentados também traduzem as maiores despesas incorridas no ano, relacionadas ao plano de expansão da Renner, bem como pela consolidação da Camicado, a partir de maio de 2011.

[1] LAJIDA (EBITDA) = Lucro antes das Despesas Financeiras Líquidas, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação, Amortização, Despesas com Plano de Opções de Compra de Ações, Resultado das Baixas de Ativos Fixos e Despesas Extraordinárias. O LAJIDA (EBITDA) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O LAJIDA (EBITDA) não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de LAJIDA (EBITDA) pode não ser comparável ao LAJIDA (EBITDA) ajustado de outras companhias. Ainda que o LAJIDA (EBITDA) não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o LAJIDA (EBITDA) como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Relatório da Administração

SERVIÇOS FINANCEIROS

ABERTURA DO RESULTADO DE SERVIÇOS FINANCEIROS (R$ MM)	2011	2010	2009
Receitas, Líquidas do Funding e Impostos	**321,0**	**261,5**	**218,5**
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos *(Recuperação de Créditos em Atraso)*	79,6	67,0	77,5
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos *(Encargos + Recuperação de Créditos em Atraso)*	150,5	114,0	69,7
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	90,9	80,5	71,3
Perdas em Créditos, Líquidas das Recuperações	**(109,4)**	**(88,2)**	**(112,4)**
Vendas em 0+5 Parcelas sem Encargos	(28,3)	(20,9)	(43,3)
Vendas Financiadas em 0+8 Parcelas com Encargos	(54,0)	(46,9)	(46,9)
Empréstimos Pessoais e Outros Serviços Financeiros	(27,1)	(20,4)	(22,2)
Despesas Operacionais *(Cartão Renner e Serviços Financeiros)*	**(86,5)**	**(52,3)**	**(38,5)**
Resultado de Serviços Financeiros	**125,1**	**121,0**	**67,6**
% Sobre o EBITDA total da Companhia	21,1%	24,0%	13,4%

O **Resultado de Serviços Financeiros** atingiu, em 2011, **R$ 125,1 milhões**, ante R$ 121,0 milhões em 2010 impactado principalmente pelas despesas do lançamento dos cartões *co-branded*, que num primeiro momento ainda não geram receitas relevantes, maiores despesas operacionais advindas do elevado número de lojas abertas em 2011, assim como pela inadimplência levemente superior à apresentada no ano anterior, reflexo do cenário macroeconômico mais difícil e das questões de cobranças e atrasos causados pela greve de 28 dias no serviço de correio. A deterioração do cenário macroeconômico no terceiro trimestre do ano também gerou menor demanda pelos produtos de crédito e menor participação das vendas no Cartão Renner. Assim, o **Resultado de Serviços Financeiros** passou a representar **21,1%** do LAJIDA (EBITDA), comparado aos 24,0% apresentados em 2010.

As **Perdas em Créditos**, **Líquidas das Recuperações**, em 2011, foram de **2,9%** da Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, **0,1 ponto percentual** maior que os 2,8% apresentados em 2010 (ou 11,1% se considerada a carteira de crédito apenas *versus* 10,0% em 2010), mas ainda menor que os níveis históricos da Companhia.

Para os produtos de crédito pessoal, a **carteira total de empréstimos** atingiu em dezembro de 2011, **R$ 101,1 milhões** (R$ 74,6 milhões se ajustados a valor presente), com crescimento de **2,6%** sobre dezembro de 2010. As **perdas de empréstimos pessoais e outros serviços financeiros, líquidas das recuperações**, no ano foram de **R$ 27,1 milhões** *versus* R$ 20,4 milhões no mesmo período do ano anterior. O **ticket médio dos empréstimos** foi de **R$ 585,00** e o **prazo médio** de **8 meses.**

Cartão Renner

O **Cartão Renner,** com 38 anos de operação, foi responsável por **54,7% das vendas totais** realizadas em 2011, contra 56,6% no ano anterior. Essa participação menor deveu-se basicamente ao significativo número de inaugurações ocorridas entre 2006 e 2011, o que resultou numa maior quantidade de novos clientes que, em um primeiro momento, acabaram optando por outras formas de pagamento, fazendo, assim, com que houvesse uma redução na participação do Cartão Renner nas vendas totais da Companhia. A maior participação de cartões de crédito tradicionais também vem impactando este resultado. Iniciativas como a oferta de cartões de crédito com Mastercard e Visa, que são ofertados a clientes selecionados, poderão recuperar a participação do Cartão, gerando maior uso e ativação dos plásticos. O **ticket médio** das vendas efetuadas com o Cartão Renner passou para **R$ 145,53** em 2011, comparado aos R$ 132,16 em 2010, com um incremento de **10,1%.** O **ticket médio da Companhia**, por sua vez, foi de **R$ 105,01** em 2011 ante R$ 97,65 em 2010, com crescimento de **7,5%** em relação a 2010.

A **condição de pagamento em 0+8 parcelas com encargos** representou **11,9%** das vendas totais em 2011, ante 13,0% em 2010. A **condição de 0+5 parcelas** por sua vez, representou **42,8%** em 2011, contra 43,6% no mesmo período do ano anterior.

Relatório da Administração

No ano, foram emitidos **1,9 milhão de novos cartões**, o que fez a Companhia alcançar, em dezembro de 2011, a marca de **19,0 milhões de cartões** emitidos.

LAJIDA (EBITDA): VAREJO + SERVIÇOS FINANCEIROS

O **LAJIDA** (**EBITDA)** de 2011 foi de **R$ 592,6 milhões** ante R$ 505,1 milhões no ano anterior, apresentando um crescimento de **17,3%**, com a **Margem LAJIDA (EBITDA)** sobre a Receita Líquida das Vendas de Mercadorias, atingindo **20,5%**, igual à margem apresentada em 2010. Este resultado é consequência das melhorias apresentadas na operação de varejo, devido ao bom desempenho de vendas e dos ganhos de margem bruta, não obstante as maiores despesas operacionais, a emissão de cartões embandeirados e a consolidação da Camicado.

RECONCILIAÇÃO DO LAJIDA (EBITDA) (R$ MM)	2011	2010	2009
Lucro Líquido	**336,9**	**308,0**	**189,6**
(+) IR, CSLL e Participações Estatutárias	142,1	130,8	82,3
(+) Resultado de Baixas de Ativos Fixos	0,7	0,4	0,3
(+) Resultado Financeiro	(2,8)	(27,3)	(7,6)
(+) Depreciações e Amortizações	97,6	75,8	74,1
(+) Plano de Opção de Compra de Ações	18,1	17,4	17,2
LAJIDA (EBITDA) Total	**592,6**	**505,1**	**355,9**
Margem LAJIDA (EBITDA) Total *(sobre a RL das Vendas de Mercadorias)*	**20,5%**	**20,5%**	**16,8%**

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia reconheceu como despesa do **Plano de Opção de Compra de Ações**, no ano de 2011, o total de **R$ 18,1 milhões** ante R$ 17,4 milhões no ano de 2010. Estes montantes correspondem ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga das opções de compra de ações, com base no modelo de Black&Scholes, e são registrados em uma base "*pro rata temporis*", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato, "*vesting period*".

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO (R$ MM)	2011	2010	2009
Receitas Financeiras	41,6	36,6	20,1
Despesas Financeiras	(38,0)	(12,1)	(12,3)
Outros Resultados	(0,8)	2,8	(0,2)
Resultado Financeiro, Líquido	**2,8**	**27,3**	**7,6**

A Companhia apresentou **Receita Financeira Líquida** de **R$ 2,8 milhões** em 2011, ante R$ 27,3 milhões em 2010. Este resultado é formado por receitas financeiras advindas dos rendimentos de aplicações do Caixa e Equivalentes de Caixa, assim como de despesas financeiras referentes a dívida e por algumas despesas bancárias. Esta redução significativa deve-se ao desembolso de recursos para a aquisição da Camicado, bem como aos custos com o serviço de dívida referentes à nova estrutura de capital adotada, com uma maior alavancagem financeira durante o ano de 2011.

LUCRO LÍQUIDO

Como resultado dos fatores discutidos acima, a Companhia encerrou o exercício de 2011 com **Lucro Líquido** de **R$ 336,9 milhões**, 9,4% maior que os R$ 308,0 milhões apresentados em 2010. A **Margem Líquida** sobre as

Relatório da Administração

Vendas de Mercadorias foi de **11,6%** em 2011, ante 12,5% apresentados no mesmo período do ano anterior. Esta margem é resultante dos impactos de maior despesa financeira e maior depreciação ao longo do ano.

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS

DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS (R$ MM)	dez/11	dez/10	dez/09
Caixa e Equivalentes de Caixa	578,3	683,7	411,4
Empréstimos e Financiamentos Totais	(363,3)	(48,7)	(44,2)
Circulante	(41,0)	(12,3)	(8,9)
Não Circulante	(322,3)	(36,4)	(35,3)
Disponibilidades Líquidas	**215,0**	**635,0**	**367,2**
Dívida Líquida / EBITDA	**-0,4 x**	**-1,3 x**	**-1,0 x**

O **Caixa e Equivalentes de Caixa** no final do período totalizavam **R$ 578,3 milhões**, ante os R$ 683,7 milhões de dezembro de 2010. Esta redução deve-se, principalmente, ao menor nível de caixa operado ao longo do ano, após o pagamento da Camicado Houseware e a aceleração do plano de expansão.

Os **Empréstimos e Financiamentos** da Companhia atingiram **R$ 363,3 milhões**, dos quais R$ 11,2 milhões de empréstimos para capital de giro da Camicado, R$ 36,5 milhões de captação de recursos com o Banco do Nordeste e R$ 315,6 milhões referentes à emissão, em julho, de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10 mil. As debêntures da primeira série, no montante de R$ 215,1 milhões, fazem jus a uma remuneração de CDI + 1,10% a.a., e possuem prazo de vencimento de 5 anos. As debêntures da segunda série, no montante de R$ 84,9 milhões, fazem jus a uma remuneração de IPCA + 7,80% a.a., e possuem prazo de vencimento de 6 anos. A Standard & Poor´s atribuiu rating "brAA+" à oferta.

Dessa forma, a Companhia encerrou o ano com **Disponibilidades Líquidas** de **R$ 215,0 milhões**.

INVESTIMENTOS

SUMÁRIO DOS INVESTIMENTOS (R$ MM)	2011	2010	2009
Novas Lojas	188,3	72,5	42,9
Remodelação de Instalações	39,0	22,3	9,5
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	29,2	37,8	12,3
Centro de Distribuição	28,3	12,3	2,7
Outros	11,8	15,4	1,7
Total	**296,6**	**160,3**	**69,1**

Em 2011, os **Investimentos** em ativos fixos totalizaram **R$ 296,6 milhões** ante R$ 160,3 milhões em 2010. Desse montante, R$ 188,3 milhões foram alocados na abertura de lojas. Na remodelação de instalações, foram investidos R$ 39,0 milhões, e outros R$ 29,2 milhões na modernização de sistemas e equipamentos de tecnologia. Dos R$ 28,3 milhões investidos nos Centros de Distribuição, grande parcela deste montante foi aplicado no novo CD da Companhia, que está sendo construído no Rio de Janeiro, com 50 mil m^2, e que visa a atender ao plano de expansão projetado e ao novo processo de distribuição e alocação de produtos. Outros investimentos totalizaram R$ 11,8 milhões, dos quais R$ 7,4 milhões se referem à Camicado.

Relatório da Administração

Lojas Inauguradas em 2011

LOJAS RENNER

	CIDADE	LOCALIZAÇÃO	FORMATO	DATA
1	São Paulo - SP	Shop. Metrô Boulevard Tatuapé	Blue Steel	Março
2	Barueri - SP	Shopping Tamboré	Tradicional	Abril
3	Indaiatuba - SP	Polo Shopping Indaiatuba	Compacta	Abril
4	Blumenau - SC	Blumenau Norte Shopping	Compacta	Maio
5	Campo Grande - MS	Norte Sul	Tradicional	Maio
6	Aracaju - SE	Shopping Riomar	Tradicional	Maio
7	Campos dos Goytacazes - RJ	Boulevard Shopping Campos	Tradicional	Maio
8	Ribeirão Preto - SP	Novo Shopping Center	Tradicional	Junho
9	Brasília - DF	Shopping Center Iguatemi Brasília	Compacta	Junho
10	Resende - RJ	Shopping Center Patiomix Resende	Compacta	Junho
11	Belo Horizonte - MG	Shopping Cidade	Blue Steel	Agosto
12	Feira de Santana - BA	Boulevard Shop. Feira de Santana	Compacta	Setembro
13	Uberaba - MG	Shopping Center Uberaba	Compacta	Outubro
14	Chapecó - SC	Shopping Pátio Chapecó	Tradicional	Outubro
15	Natal - RN	Loja Centro de Natal	Compacta	Outubro
16	Erechim - RS	Loja Erechim	Compacta	Outubro
17	Porto Alegre - RS	Bourbon Shopping Ipiranga	Blue Steel	Outubro
18	Marília - SP	Loja Centro de Marília	Compacta	Novembro
19	Rio Branco - AC	Via Verde Shopping	Tradicional	Novembro
20	São Paulo - SP	Shopping Vila Olímpia	Compacta	Novembro
21	São Caetano - SP	Park Shopping São Caetano	Tradicional	Novembro
22	São Paulo - SP	Shopping Center Mooca	Tradicional	Novembro
23	Barueri - SP	Parque Shopping Barueri	Tradicional	Novembro
24	Ponta Grossa - PR	Palladium Shopping Center	Compacta	Dezembro
25	Recife - PE	Shopping Boa Vista	Tradicional	Dezembro
26	Montes Claros - MG	Montes Claros Shopping Center	Compacta	Dezembro
27	Vitória da Conquista - BA	Shopping Conquista Sul	Compacta	Dezembro
28	Serra - ES	Shopping Mestre Álvaro	Compacta	Dezembro
29	Diadema - SP	Shopping Praça da Moça	Compacta	Dezembro
30	Jacareí - SP	Jacareí Shopping Center	Compacta	Dezembro
31	Foz do Iguaçú - PR	Cataratas JL Shopping	Compacta	Dezembro
32	Limeira - SP	Pátio Limeira Shopping	Compacta	Dezembro
33	São Luís - MA	Shopping da Ilha	Tradicional	Dezembro

CAMICADO

	CIDADE	LOCALIZAÇÃO	FORMATO	DATA
1	Barueri - SP	Shopping Tamboré	Camicado	Abril
2	São Caetano - SP	Shopping São Caetano	Camicado	Novembro
3	Vitória - ES	Shopping Vitória	Camicado	Dezembro

Em **dezembro de 2011**, a Renner contava com **167 unidades,** incluindo as 3 Blue Steel, e totalizava metragem de vendas de **318,0 mil m²**. A Camicado, por sua vez, tinha **30 lojas**, com área de vendas de **15,5 mil m²**.

As **Depreciações e Amortizações** aumentaram 28,8%, passando de R$ 75,8 milhões em 2010 para **R$ 97,6 milhões** em 2011, devido aos maiores investimentos em ativos fixos realizados pela Companhia para expansão da rede de lojas e a aquisição dos ativos da Camicado.

Relatório da Administração

COLABORADORES E GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

COLABORADORES

A Lojas Renner acredita que o desenvolvimento de seus colaboradores é o ponto chave para o andamento dos negócios e a implementação bem sucedida de sua estratégia de crescimento. Com senso de urgência, atitude e obstinação na busca de resultados, a Companhia tem um time que está sempre garimpando as oportunidades e agindo para perpetuar a cultura e a filosofia da Empresa. Assim, os resultados alcançados são consequência do grau de engajamento e conhecimento que as pessoas têm das estratégias e objetivos corporativos.

Com o intuito de dar suporte ao plano de expansão da Lojas Renner, em 2011, a Companhia ampliou seu quadro funcional e, ao final do ano, contava com 13.340 colaboradores em suas 167 unidades distribuídas em todas as regiões do Brasil, nos centros de distribuição e na sede administrativa.

Os investimentos na formação de colaboradores são marcas da Companhia: em 2011 foram realizadas 147 horas de treinamento por colaborador, por meio da "Academia Renner de Varejo" e da "Universidade Renner", que oferecem cursos presenciais e virtuais.

Visando garantir os resultados e o ritmo de crescimento esperados para a sustentabilidade do negócio Renner, os Programas de Liderança se consolidaram como importante forma de desenvolvimento dos seus líderes. Entre os treinamentos ministrados em 2011, destacam-se os módulos de Cultura, Liderança e Negócio. Ainda em 2011 formaram-se 175 trainees, considerando-se gerência e supervisão.

Para o nível gerencial, a Lojas Renner investe num programa de pós-graduação, em nível de MBA, em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP). Em 2011 iniciou-se a 6ª turma de MBA e, ao todo, são 138 executivos já formados pelo programa.

Um dos projetos estratégicos desenvolvido em 2011 foi as trilhas de carreira, que proporciona uma visão clara das possíveis progressões na carreira, assim como as possibilidades de migração para outras áreas em decorrência do perfil requerido.

O Programa de Sucessão continua sendo o principal foco de atuação para que os potenciais sucessores se desenvolvam e assumam novos desafios. Visando acelerar o desenvolvimento dos sucessores, cada executivo é acompanhado por meio de um plano de desenvolvimento individual que é avaliado periodicamente e revisado anualmente.

A Lojas Renner acredita que a capacitação e o desenvolvimento de sua equipe é ponto chave para o crescimento da organização e fortalecimento da marca. Esta visão vem sendo implementada na Camicado, que hoje conta com mais de 800 colaboradores, distribuídos em 30 lojas, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, na sede administrativa e no centro de distribuição.

Para proporcionar uma comunicação clara e transparente com seu colaborador, a Renner criou na Camicado alguns canais de comunicação internos: o "Tá Combinado" divulga cada etapa do processo de Integração Renner/Camicado, responde a dúvidas e promove integração; o "Líder@", informa os líderes e contém informações importantes sobre o negócio; e o "Café da Manhã com o Gerente Geral", é o momento em que os colaboradores têm a oportunidade de sugerir melhorias para o futuro e crescimento da Empresa.

Com o objetivo de ter um direcionamento único e claro, foi realizado na Camicado seu primeiro Alinhamento Estratégico, onde os executivos da Empresa definiram a Missão, Visão e Valores, bem como, as macro estratégias que nortearão as ações de 2012. Por acreditar que os colaboradores precisam cada vez mais ter a atitude de Donos do Negócio, essas macro estratégias foram desdobradas em metas individuais para os líderes da Empresa e serão acompanhadas mensalmente em reuniões de resultados.

GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Lojas Renner é uma empresa do setor de varejo, cujos impactos ambientais são considerados pouco relevantes se comparados a outros setores, como o industrial ou o agropecuário. Mesmo assim, o gerenciamento dos impactos nas operações das lojas foi um dos focos de atuação em 2011. O monitoramento de riscos é realizado pela Área de Gestão Ambiental, ligada à Gerência de Responsabilidade Social.

Em 2011, a Companhia implantou o **Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS),** em 100% das lojas e centros de distribuição. O PGRS tem como objetivo dar destinação adequada, por meio da logística reversa (o mesmo caminhão que entrega mercadorias nas lojas recolhe os resíduos), a todos os materiais descartados pela Companhia. O programa prevê a separação dos resíduos recicláveis, perigosos, inservíveis, material de *merchandise*, *pallets*, sucatas diversas e resíduos tecnológicos.

O **Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE)** foi realizado pelo segundo ano consecutivo em todas as operações da Companhia, aplicando a metodologia GHG Protocol. Em 2011, houve uma melhor qualificação e padronização das informações disponibilizadas pelos parceiros logísticos e foi definida uma

Relatório da Administração

nova metodologia para os indicadores de medição. Entre as melhorias implementadas no ano, estão a definição de novas rotas, reduzindo de 2500 para 1340, e a maior aproximação com os parceiros logísticos.

Além de realizar o inventário, a Companhia monitora os possíveis impactos relacionados a mudanças climáticas no negócio. Atualmente, a Companhia avalia que variações no clima podem causar impactos negativos no resultado operacional se afetarem o ciclo tradicional de lançamento das coleções.

Ainda nesse sentido, a Lojas Renner faz parte do Carbon Disclosure Project (CDP) e, desde 2010, compõe o "Índice Carbono Eficiente – ICO2" da BM&FBOVESPA. As duas iniciativas têm o objetivo de reconhecer Companhias comprometidas com práticas transparentes em relação a suas emissões de gases efeito estufa (GEE).

Outro assunto relevante para a Lojas Renner na gestão de riscos socioambientais está relacionado a práticas trabalhistas em oficinas de costura subcontratadas por seus fornecedores. Por isso, os contratos trazem o Termo de Compromisso de Conduta Responsável, documento que inclui cláusulas como a recusa em utilizar trabalho infantil, análogo ao escravo, estrangeiro irregular, bem como de responsabilidade com a saúde e a segurança no ambiente de trabalho, o limite de expediente de trabalho em 44 horas semanais e o pagamento de salários de acordo com o mínimo definido para o setor.

Para garantir o cumprimento do compromisso, a Companhia realiza auditorias periódicas em seus fornecedores nacionais. Caso haja indícios de trabalho infantil, escravo ou análogo e estrangeiro irregular, a empresa não é qualificada como fornecedora e só poderá pedir uma nova avaliação depois do prazo de seis meses.

O gestor do Investimento Social Privado da Companhia é o Instituto Lojas Renner, que divulga, seleciona, acompanha e avalia todos os projetos que recebem recursos da Companhia. Os projetos financiados têm como foco prioritário a geração de emprego e renda para mulheres. Além disso, o Instituto também atua no desenvolvimento profissional de jovens e gerencia o programa de voluntariado corporativo da Companhia, o Estilo Solidário.

Em 2011, foram destinados cerca de R$ 3,8 milhões para ações desenvolvidas em 13 Estados e o Distrito Federal. Só o investimento realizado em projetos de geração de emprego e renda voltados exclusivamente para a mulher, possibilitou a capacitação profissional de 3.733 mulheres, através de 50 projetos. O recurso também possibilitou o apoio à formação de seis cooperativas de mulheres.

MERCADO DE CAPITAIS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2011, a Lojas Renner celebrou seu sexto ano de operação no modelo pulverizado. Neste período, entre julho de 2005 e o final de 2011, uma série de iniciativas foram adotadas para garantir a utilização das melhores práticas de Governança Corporativa, valendo ressaltar, Conselho Fiscal permanente, instalação do Comitê de Remuneração, Manual para Participação de Acionistas em Assembleia, regimentos internos próprios para o Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal e Comitê de Remuneração, mecanismos de avaliação formal do CA, Presidência do CA e do Comitê de Remuneração e a criação do cargo de secretário do CA. No ano, o Conselho de Administração se reuniu 13 vezes, para discutir a Estratégia, os Investimentos, as Operações e os Relatórios de Gestão de Risco e de Auditoria da Companhia. Algumas destas reuniões foram, inclusive, realizadas em diversas regiões do Brasil a fim de proporcionar maior integração e conhecimento por parte dos Conselheiros das operações no País.

Em 2011, foi realizada, mais uma vez, a avaliação formal do Conselho de Administração como um todo, assim como de seus conselheiros individualmente e do Presidente deste órgão. Esta avaliação foi implementada em 2009, e neste último ano, passou por um processo de melhoria, em termos de forma e conteúdo, o que vem adicionando ainda mais subsídios para a nomeação dos candidatos ao Conselho, sujeitos a votação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2012.

Buscando estar sempre alinhada às melhores práticas de governança corporativa, os processos de gestão de risco da Companhia incluem estruturas de auditoria interna e externa (realizada pela PricewaterhouseCoopers). A Lojas Renner também conta com áreas específicas como Prevenção de Perdas, responsável por assessorar a gestão e atuar na prevenção e redução das perdas causadas por atos ilícitos e erros administrativos e operacionais; *Compliance,* criada em 2010 para assegurar o alinhamento com as diretrizes dos órgãos reguladores e atuar, principalmente, na prevenção de lavagem de dinheiro; Jurídico, que monitora os temas relacionados com normas e legislações vigentes; e de Segurança da Informação, que atua na prevenção de violação de dados.

Em 2011, na AGO realizada em 11 de abril, a Companhia atingiu quorum de 33,3% do capital social. A Lojas Renner entende que este percentual é uma prova do resultado positivo que as iniciativas adotadas nos últimos anos geraram em termos de adesão dos acionistas aos novos padrões de funcionamento do mercado brasileiro. A Lojas Renner sente-se profundamente orgulhosa de fazer parte desta história e entende que suas contribuições são retribuídas através de importantes prêmios e colocações em rankings ocorridos em 2011, principalmente pelo Prêmio de Melhor Governança Corporativa pela IR Magazine Brazil Awards/IBRI, através de pesquisa conduzida pela Fundação Getúlio Vargas, com mais de 600 analistas de mercado e gestores de recursos brasileiros. Outros reconhecimentos como "As Melhores da Dinheiro 2010 -

Relatório da Administração

Melhor em Varejo/Governança Corporativa", o terceiro lugar no ranking "As Melhores Companhias para os Acionistas" da Revista Capital Aberto, na categoria de valor de mercado de até R$ 5 bilhões, "As Empresas mais admiradas no Brasil 2010" - da Revista Carta Capital - Empresa Mais Admirada (Varejo Têxtil) e 1° lugar no ranking do Setor de Consumo e Varejo da América Latina, pela *Institutional Investor Magazine*, nas categorias Melhor CEO, Melhor Profissional de RI e Melhor Programa de RI, nomeado pelos analistas do *Sell* e do *Buy Side, também merecem destaque*.

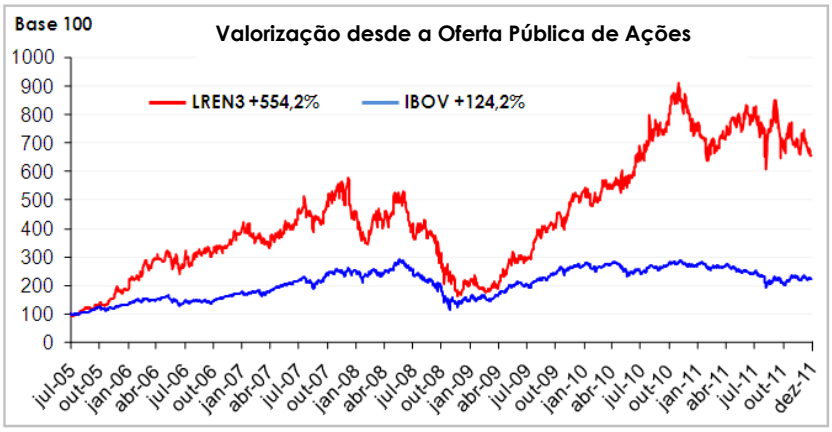
Na AGO de 2011, foram aprovadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2010, a distribuição de dividendos e a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, assim como a remuneração global dos Administradores. Também foram declarados e aprovados os pagamentos de dividendos relativos ao exercício de 2010, no valor de R$ 231,0 milhões, correspondentes a R$ 1,8882 por ação, representando um *pay-out* de 75,0%, com pagamento efetuado em 20 de abril de 2011.

Em 2011, foi declarada e aprovada a distribuição de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio em bases trimestrais, que somaram R$ 76,4 milhões, correspondentes a R$ 0,6237 por ação, com pagamento previsto em até dez dias após a Assembleia Geral Ordinária de 2012. Os Órgãos de Administração estão propondo, ainda, a distribuição de R$ 176,2 milhões (R$ 1,434889 por ação), a título de dividendos, sujeitos à aprovação na AGO de 2012, a ser realizada em abril. Assim, a remuneração aos Acionistas, incluindo o pagamento a ser aprovado na Assembleia de Acionistas, somará R$ 252,7 milhões (R$ 2,058589 por ação), representando um *pay-out* de 75,0% e um *dividend yield* de 4,3% (dividendo por ação sobre o preço da ação), se considerada a cotação de R$ 48,41 em 29 de dezembro de 2011.

Do saldo remanescente do Lucro Líquido do exercício, após a proposta de distribuição de dividendos e creditamento de Juros sobre o Capital Próprio, foi proposto para reserva de lucros para investimento e expansão o montante de R$ 84,2 milhões. Essa reserva é destinada a cobrir parte dos investimentos programados no plano de expansão da Companhia, a serem executados no curso do exercício social de 2012.

Desde 25 de maio de 2005, como forma de alinhar os interesses dos Administradores com os Acionistas, a Lojas Renner conta com um Plano de Opções de Compra de Ações (POCA) que abrange membros da Diretoria e os principais executivos da Companhia. Desde o início do Plano, já foram outorgadas 6.622,8 mil opções de compra (ajustadas pelo desdobramento ocorrido em 3 de outubro de 2006), equivalentes a 5,39% do total de ações da Companhia.

As ações ordinárias da Lojas Renner, negociadas sob o código LREN3, apresentaram desvalorização de 14,2% no período, passando de R$ 56,40 por ação em 30 de dezembro de 2010 para R$ 48,41 em 29 de dezembro de 2011, enquanto que o índice Ibovespa teve queda de 18,1%.



Em 2011, foram realizados 975.870 negócios, com volume financeiro de R$ 14,3 bilhões, representando, respectivamente, uma variação de 34,0% e 15,3% sobre o ano de 2010. O número de acionistas, nesse mesmo período, passou de 7.545 em dezembro de 2010 para 7.843 no final de dezembro de 2011, composto, principalmente, por pessoas físicas. Como percentual do capital social, a parcela retida por investidores estrangeiros continua elevada, passando de 85,9% em 31/12/2010 para 86,2% em 31/12/2011.

Para manter sua política de transparência no relacionamento com o mercado de capitais, a Companhia vem realizando apresentações para grupos de investidores e analistas de mercado no Brasil e no exterior. Ao longo de 2011, foram realizadas diversas apresentações, incluindo um dia da Companhia (Renner Day) e uma Reunião Pública com Analistas, ambas em Porto Alegre, na sede da Lojas Renner. Foram também realizadas, ao longo de 2011, teleconferências em português, com tradução simultânea para o inglês, para discussão dos resultados trimestrais, além de diversas reuniões individuais, incluindo visitas às lojas. Os interessados também obtiveram informações adicionais no site, por telefone e por e-mail.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Companhia aproveita a oportunidade para convidar seus Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser convocada para o mês de abril de 2012, na sede da Lojas Renner S.A., localizada na Av. Joaquim Porto Villanova, 401, Bairro Jardim Carvalho, em Porto Alegre, RS.

Relatório da Administração

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Lojas Renner junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os auditores independentes da Companhia, PricewaterhouseCoopers, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras, e os honorários para esses serviços representam aproximadamente 34,2% do montante referente à auditoria externa das demonstrações financeiras no exercício. Os serviços adicionais referem-se aos trabalhos de auditoria relacionados à emissão de carta de conforto (conforme a NPA nº 12, emitida pelo IBRACON) sobre informações financeiras específicas constantes do Prospecto da Oferta Pública de debêntures emitidas em15 de julho de 2011. A responsabilidade pelas definições inerentes aos procedimentos executados e sua aplicação são prerrogativas da Administração, assim, é entendimento tanto da Companhia quanto de seus auditores externos, que tais serviços não afetam a sua independência profissional. Os honorários referentes aos serviços adicionais contratados foram de R$ 140,0 mil.

PERSPECTIVAS

Para os próximos anos, a Lojas Renner pretende manter a estratégia baseada em seus pilares de crescimento, com foco na manutenção do número de inaugurações, que deverá totalizar 30 unidades Renner e outras 6 unidades da Camicado em 2012. A Renner terá, ainda, atenção especial em todos os processos que servirão de apoio para suportar o crescimento acelerado dos próximos anos. Sempre mantendo o foco no negócio de varejo, a Renner planeja continuar ofertando serviços financeiros que gerem valor ao negócio principal, através de um ticket médio de compras mais elevado e ao maior fluxo nas lojas após o lançamento dos cartões embandeirados e com a revitalização do Cartão Private Label Renner.

Na esfera macroeconômica, a Companhia acredita que o ano de 2012 continuará sendo favorável à economia doméstica, em especial para os negócios de tickets mais baixos e menos dependentes de financiamentos longos, tais como o vestuário. A Lojas Renner, no entanto, permanecerá atenta aos desdobramentos das questões externas e aos possíveis impactos de uma crise global, por meio do rigoroso controle de custos e manutenção de rentabilidade.

A Renner continuará buscando não apenas satisfazer clientes, mas sim encantá-los, permanecendo com sua proposição de valor, sendo cúmplice da mulher moderna, com produtos de moda a preços competitivos e ambientes agradáveis.

E, por fim, a Companhia gostaria, mais uma vez, de agradecer a todos os seus colaboradores, fornecedores, acionistas, clientes e comunidade em geral pela dedicação e apoio recebidos no ano de 2011.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes e de outros artigos próprios de lojas de departamentos no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": LREN3).

1.1 Aquisição de participação societária - Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")

Conforme divulgado em fato relevante de 12 de maio de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP"), concluiu naquela data a compra de 100% do capital da Maxmix Comercial Ltda, detentora da marca Camicado, empresa de varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho e decoração, com 28 lojas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. O valor total do negócio totalizou R$ 165.000, do qual foram descontados os ajustes de preço, oriundos do endividamento líquido da Camicado levantado na data de 4 de maio de 2011. Adicionalmente foi negociada a retenção de R$ 15.000 para fazer frente a eventuais perdas que a Camicado venha a incorrer e que serão objeto de indenização à Companhia pelos ex-controladores da Camicado.

O saldo retido será corrigido desde a data de fechamento até a data de seu respectivo pagamento pela variação positiva do IGPM/FGV, limitado, no entanto, à variação do CDI no mesmo período, durante o período de 5 anos. Os pagamentos do valor retido serão realizados mediante a realização dos respectivos processos.

Na data de fechamento do negócio, a Companhia realizou o pagamento de R$ 99.810, correspondente à parcela de R$ 112.500, abatida do endividamento líquido da Camicado, no montante de R$ 12.690, declarado naquela data. O saldo remanescente de R$ 37.500 (líquido da parcela de R$ 15.000, retida para pagamento futuro), foi integralmente pago entre 10 de junho e 4 de agosto de 2011, (abatida por ajustes no endividamento líquido da Camicado no montante de R$ 430).

Em 27 de janeiro de 2012 foi concluído o laudo de avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Camicado, para alocação do pagamento e apuração final do ágio, em conformidade com normas contábeis CPC 15 e IFRS 3. Para essa avaliação foi considerada a data-base de 30 de abril de 2011, data do último balanço levantado pela Camicado antes da data de aquisição.

Apresentamos o valor contábil e o valor justo do balanço patrimonial da Camicado em 30 de abril de 2011, bem como a apuração do ágio e o respectivo imposto de renda gerado na operação:

	Valor contábil	Valor justo
Estoques	18.871	19.083
Ativo imobilizado (a)	3.025	14.457
Ativo intangível (b)	3.675	35.237
Imposto de renda e contribuição social (c)		(14.690)
Outros passivos líquidos	(33.575)	(33.575)
(Passivos)/ativos líquidos	(8.004)	20.512
% de participação comprada	100%	100%
(Passivos)/ativos líquidos, adquiridos	(8.004)	20.512
Contraprestação considerada (d)	151.880	151.880
Ágio apurado na operação antes dos efeitos tributários	159.884	131.368
Benefício de imposto de renda e contribuição social (e)	(54.360)	(54.360)
Ágio apurado na operação, líquido de efeitos tributários	**105.524**	**77.008**

(a) O ativo imobilizado da Camicado na data de aquisição era composto basicamente por benfeitorias e instalações em imóveis arrendados de terceiros. Para a avaliação do imobilizado foi aplicada a metodologia *Cost Approach*, que baseia-se no princípio da substituição (custo de aquisição ou reconstrução), tomando-o como indicador do valor justo. O valor da mais valia foi depreciado desde a data de aquisição, com base nas respectivas vidas úteis de cada bem, conforme práticas e políticas descritas nas notas explicativas nº 3.10 e 11 (a). A depreciação da mais valia reconhecida no resultado do exercício de 2011 totalizou R$ 3.170.

Notas Explicativas

(b) Os ativos intangíveis identificados, cujos valores puderam ser mensurados com segurança pela Companhia, referem-se à marca Camicado e ao acordo de não competição com ex-controladores da Camicado, negociado nessa aquisição.

Na avaliação da Marca foi aplicado o *Income Approach*, que baseia-se no valor presente dos fluxos de caixa que o ativo avaliado deverá gerar no futuro, com base na metodologia *Relief-from-Royalties*. Foi determinada taxa de *royalty* com base na média de taxas verificadas no mercado em pesquisas sobre transações comerciais envolvendo marcas e análises qualitativas realizadas para captar as diferentes características econômicas entre todas as marcas envolvidas na transação. Tanto a taxa de *royalty*, como as taxas de desconto, foram obtidas através de estimativas com base na experiência e base de dados da empresa especializada contratada para elaboração do laudo que suportou os registros contábeis da Companhia.

O acordo de não competitividade também foi mensurado através do *Income Approach*, na metodologia *With-Without,* que leva em conta a perda de receita que o investidor poderia incorrer em caso de o vendedor resolver competir com a empresa vendida, utilizando uma taxa de desconto apropriada. O valor apurado será amortizado no período de 5 anos conforme prazo de vigência previsto em contrato. A amortização desse ativo intangível reconhecida no resultado do exercício de 2011 totalizou R$ 466.

(c) A Companhia registrou o imposto de renda e contribuição diferida passiva sobre a mais valia de estoques, ativo imobilizado e ativos intangíveis, considerando a taxa nominal combinada de 34%. A realização no resultado será proporcional as respectivas depreciações e amortizações dos ativos.

(d) A contraprestação considerada nessa operação considerou o valor justo de todos os pagamentos e dívidas assumidas nessa operação. O contrato de compra da Camicado não contém contraprestação contingente.

(e) A aquisição da Camicado prevê a incorporação da Camicado pela Companhia, viabilizando a amortização fiscal do ágio conforme previsto na legislação tributária vigente. O benefício futuro dessa amortização foi considerado na apuração do ágio, tendo em vista que as projeções da Administração da Companhia indicam que será viável o aproveitamento integral desse benefício, conforme descrito na nota explicativa nº 9 (a). A realização desse ativo será proporcional a sua amortização fiscal.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras incluem:

- Demonstrações financeiras individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.
As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 3.12 e 16), provisão para perdas em crédito (notas explicativas nº 3.7 e 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (notas explicativas nº 3.8, 6 e 15), determinação do valor justo da remuneração baseada em ações (notas explicativas nº 3.15 e 26), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 22.4), provisão para perdas em estoque (notas explicativas nº 3.9 e 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (notas explicativas nº 3.14 e 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (notas explicativas nº 3.10 e 11), determinação do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos como resultado da aquisição de participações societárias (nota explicativa nº 1.1) e avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (notas explicativas nº 3.11 e 11 (b)).

Notas Explicativas

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de janeiro de 2012.

2.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais o valor dos investimentos nas controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais estabelecem a adoção do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, enquanto que o IFRS não prevê demonstrações financeiras individuais, entretanto, nas demonstrações financeiras separadas, previstas pelo IFRS, a avaliação dos investimentos em controladas deve ser mensurada ao custo ou valor justo.

2.2 Demonstrações financeiras Consolidadas – BRGAAP e IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC, normas, orientações e interpretações expedidas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP). Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas subsidiárias atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas a vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos, descritos nas "vendas de serviços financeiros".

Vendas de serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de liquidez imediata e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinadas controladora), registrados ao valor de mercado. No consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora.

3.5 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (nota explicativa nº 3.17). Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (nota explicativa nº 3.6).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 3.6).

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 3.7.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o

Notas Explicativas

passivo simultaneamente.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedidos aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva (nota explicativa nº 3.8), menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*) (nota explicativa nº 3.7).

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 7.

3.7 Provisão para perdas ao valor de recuperação do contas a receber de clientes

A provisão para perdas é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil, seguindo a mesma política adotada pelas instituições financeiras.

3.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 3,0% a.m. e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. Os impostos a recolher de longo prazo, sob os quais não há incidência de encargos financeiros, também foram ajustados a valor presente utilizando a taxa estimada do custo de capital da Companhia. Os tributos diferidos não são trazidos ao seu valor presente.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.9 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadorias importadas.

3.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Notas Explicativas

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos considerando a expectativa de provável geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração.

3.15 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios:

Remuneração com base em ações

A Companhia opera com planos de remuneração com base em ações a administradores e executivos selecionados, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos mesmos como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato "vesting period". A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento e o pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, margem bruta, resultado operacional, captação de cartões, entre outras.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêem que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.17 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do

Notas Explicativas

fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: (i) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou (ii) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 22. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 20. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

(a) *Hedge* de valor justo

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente do financiamento de importações (nota explicativa nº 14), nessas operações são utilizadas compras de opções "call" de dólar futuro.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, assim como as variações no valor justo do risco cambial dos financiamentos protegidos por *hedge*. A Companhia não identificou parcela não efetiva para os derivativos designados como *hedge* de valor justo durante 2011 e 2010. As variações no valor justo do risco cambial dos financiamentos de importação protegidas por *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado como custo.

(b) *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras de opções "call" de dólar futuro.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial" até a liquidação dos referidos instrumentos, realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado. A Companhia não identificou parcela não efetiva para os derivativos designados como *hedge* de valor justo durante 2011 e 2010.

3.18 Operações com arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

A Companhia possui alguns contratos de arrendamento de *software* classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem. As obrigações assumidas nesses arrendamentos são reconhecidas como passivo, acrescido de encargos financeiros considerando a taxa efetiva de juros.

3.19 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota nº 3.8).

Notas Explicativas

3.20 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas – IFRS e BRGAAP

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico, onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

Em 31 de dezembro de 2011 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

	% de participação direta e indireta no capital total
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	100,0%
Renner Empreendimentos Ltda. ("REMP")	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	100,0%

3.21 Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras individuais da Controladora – BRGAAP

Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas e a Controladora, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminadas. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes às adotadas pela Companhia.

3.22 Formato de apresentação das demonstrações de resultado

Nas demonstrações de resultado a Companhia apresenta o lucro operacional antes da equivalência patrimonial, depreciações e amortizações, despesas com plano de opções em ações, resultado financeiro e resultado com baixa de ativos fixos. Esse formato de apresentação representa o conceito de LAJIDA (*EBITDA)* e tem como objetivo principal atender as necessidades dos acionistas e usuários dessas demonstrações financeiras.

Nas demonstrações do resultado incluídas nessas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta o resultado de acordo com formulário DFP da CVM. A apresentação do LAJIDA da Companhia nestas demonstrações financeiras está sendo efetuada em conjunto com a nota explicativa nº 31.

As despesas incluídas nas demonstrações de resultado destas demonstrações estão apresentadas de acordo com sua função. A apresentação dessas despesas de acordo com sua natureza está divulgada na nota explicativa nº 33.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.

Notas Explicativas

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 10.

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia entende que não haverá impactos considerando a atual estrutura de contratos e de participações societárias.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia entende que não haverá impactos considerando a atual estrutura de contratos e de participações societárias.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Caixa e bancos	35.415	36.524	36.766	37.283
CDB (a)	164.215	179.165	164.215	179.165
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	187.982	232.095	201.857	232.095
Fundo de renda fixa - FIDC (c)	-	-	-	207.024
Aplicações financeiras LFTN – FIDC (d)	-	-	110.610	28.094
Aplicações financeiras LFT Over – FIDC (e)	-	-	49.546	-
Aplicações FIDC curto prazo (f)	28.542	9.754	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (g)	111	-	111	-
CDB (h)	15.147	-	15.159	-
Total	**431.412**	**457.538**	**578.264**	**683.661**

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas como Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Caixa Econômica Federal e Banco Itaú BBA S.A..

As aplicações de liquidez imediata da Companhia, em sua maioria, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se a:

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,5% (100,7% em 2010);

(b) Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,8% (101,0% em 2010);

(c) Fundo de renda fixa do FIDC disponível a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora e apresenta um rendimento equivalente a 96% do CDI;

(d) Aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro Nacional as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, e apresenta um rendimento equivalente à precificação e rentabilidade feita a partir da curva do papel, com base na Selic diária;

Notas Explicativas

(e) As aplicações financeiras compromissadas de um dia (OVER) do FIDC Lojas Renner, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), as quais estão disponíveis a qualquer momento para aquisições de recebíveis originados nas operações da controladora, apresentando um rendimento diário equivalente à variação da taxa DI, onde a atualização do valor nominal unitário da LFT contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa Selic;

(f) Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo descrito na nota explicativa nº 7;

(g) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentaram rendimento anual médio de 60,81% do CDI sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, liquido da taxa de administração; e

(h) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas ("Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 20% da variação do CDI.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:		
Contas a receber de clientes (valores nominais)		
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	151.984	137.453
A vencer de 31 a 60 dias	172.684	157.989
A vencer de 61 a 90 dias	137.074	125.624
A vencer de 91 a 120 dias	102.622	93.882
A vencer de 121 a 150 dias	82.558	72.671
A vencer de 151 a 180 dias	42.060	41.039
A vencer acima de 180 dias	41.319	40.186
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	33.726	33.432
Vencidos de 31 a 60 dias	14.210	11.963
Vencidos de 61 a 90 dias	12.534	8.899
Vencidos de 91 a 180 dias	37.606	26.542
	828.377	749.680
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	91.198	76.459
A vencer de 31 a 60 dias	56.107	43.633
A vencer acima de 60 dias	26.806	22.512
	174.111	142.604
Outras contas a receber		
Outras contas a receber	1.635	611
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	28.396	25.465
Posições com saldo credor	(57)	(3.394)
Menos:		
Ajuste a valor presente	(46.834)	(55.647)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(47.283)	(42.200)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(17.718)	(14.885)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(371.540)	(277.090)
Rendas a apropriar - títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(42.051)	(19.660)
Total Controladora – BRGAAP	**507.036**	**505.484**
Administradoras de cartões de crédito		
A vencer de 1 a 30 dias	10.156	-
A vencer de 31 a 60 dias	6.029	-
A vencer acima de 60 dias	4.779	-
Comissões e operações a receber – Empréstimo pessoal	79.620	79.383
Outras contas a receber	28.445	1.538
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(1.290)	(2)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	371.540	277.090
Total Consolidado – IFRS e BRGAAP	**1.006.315**	**863.493**

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo de contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito.

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota

Notas Explicativas

explicativa nº 3.8), e reduzidas por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.7).

A totalidade da carteira de créditos transferidos para FIDC Lojas Renner é mantida nos controles da Controladora e apresentados na avaliação da qualidade dos créditos apresentados na tabela acima, considerando a manutenção da gestão desses títulos por parte da Controladora (nota explicativa nº 7). No contexto do consolidado, os títulos mantidos na carteira do FIDC Lojas Renner são integralmente consolidados pela Companhia.

7 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner")

Em dezembro de 2010, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Itaú Unibanco. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 5 de dezembro de 2013.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2011, é subdividida em: 3,5 mil quotas "senior" de titularidade de terceiros, no montante de R$ 353.050, representativas de 66,41% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data; e 1,5 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R$ 178.542 (dos quais R$ 28.542 são apresentados como caixa e equivalente de caixa e R$ 150.000 apresentados como FIDC Lojas Renner do ativo não circulante), representativas de 33,59% do patrimônio do FIDC Lojas Renner nessa data. O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido do fundo e não terão meta de remuneração definida.

A Controladora atua como agente de cobrança e agente de recebimento dos títulos, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R$ 371.540 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 277.090 em 2010), líquidos de provisão para perdas.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R$ 6.330 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 9.339 em 2010), e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

O balanço patrimonial do fundo está assim composto:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	160.157	235.130
Contas a receber	371.540	277.090
Total do ativo	**531.697**	**512.220**
Passivo		
Contas a pagar	105	103
Patrimônio Líquido	531.592	512.117
Total do passivo e patrimônio líquido	**531.697**	**512.220**

Em 31 de dezembro de 2011, a remuneração das quotas seniores está assim composta:

Quotistas	Quantidade em milhares	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	1,5	111,56%	151.307
Seniores B	0,8	111,56%	80.697
Seniores C	0,8	111,56%	80.697
Seniores D	0,4	111,56%	40.349
Total	**3,5**		**353.050**

A remuneração é calculada com base na taxa CDI adicionada a 1,2%, conforme disposto no Regulamento do Fundo.

Notas Explicativas

8 Estoques

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Mercadorias para revenda	305.593	272.203	330.215	272.203
Ajuste a valor presente	(8.621)	(6.988)	(8.621)	(6.988)
Provisão para perdas	(16.534)	(14.723)	(17.218)	(14.723)
Mercadorias para revenda, líquido	280.438	250.492	304.376	250.492
Importações em andamento	95.275	23.342	95.275	23.342
Adiantamento a fornecedores	1.183	524	1.183	524
Materiais auxiliares e almoxarifado	1.480	1.592	1.914	1.592
Total	**378.376**	**275.950**	**402.748**	**275.950**

9 Impostos a recuperar e diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora - BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.001	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	46.287	54.301
Provisão para riscos tributários	53.734	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	18.846	31.753
Outras provisões	21.976	15.947
Ajuste avaliação patrimonial - hedge	(3.243)	3.954
Outros	3.794	13.978
Total	206.395	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	70.174	75.457

	Consolidado - IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010
Base para impostos diferidos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.001	57.085
Ajuste a valor presente – líquido	46.287	54.301
Ágio na aquisição de participação societária (i)	159.884	-
Mais valia de ativos - nota explicativa nº 1.1	(39.358)	-
Provisão para riscos tributários	54.307	44.915
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19.124	31.753
Outras provisões	22.659	15.947
Ajuste avaliação patrimonial – hedge	(3.243)	3.954
Bases negativas e prejuízos fiscais (ii)	11.300	-
Outros	3.794	13.978
Total	339.755	221.933
Imposto de renda (25%) e contribuição social (9%)	115.517	75.457

(i) Ágio apurado na aquisição da Camicado, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. (e). A Administração da Companhia estima que os benefícios da amortização desse ágio sejam integralmente utilizados em até 10 anos a partir da data de incorporação societária da Camicado. Para fins dessa análise, a Companhia contratou empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação datado de 4 de abril de 2011, divulgado pela Companhia em fato relevante nessa data. Em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia revisou as premissas utilizadas no referido laudo de avaliação e não identificou fatores que indiquem uma redução na rentabilidade apresentada ou alterações nas premissas utilizadas.
(ii) Crédito sobre bases negativas de prejuízos da Camicado reconhecidos entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2011. As mesmas premissas utilizadas e descritas no item (i) acima, foram consideradas para reconhecimento desses créditos.

Notas Explicativas

b) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidas

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2012	57.322	44.487
2013	3.213	11.151
2014	3.213	14.852
2015	3.213	16.855
2016	3.213	14.327
2017	-	10.872
2018	-	2.973
Total	**70.174**	**115.517**

c) Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após participações estatutárias	475.212	428.466	475.393	431.771
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(161.572)	(145.678)	(161.634)	(146.802)
Tributos sobre adições permanentes:				
Despesa com remunerações baseadas em ações	(6.145)	(5.911)	(6.145)	(5.911)
Outras adições	(2.775)	(2.760)	(3.349)	(2.760)
Tributos sobre exclusões permanentes:				
Resultado de participações societárias	3.706	7.198	-	-
Juros sobre capital próprio	25.992	23.878	25.992	23.878
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	3.885	5.017
Incentivos fiscais (PAT)	1.514	2.377	1.514	2.377
Outras exclusões	951	434	1.203	434
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(138.305)	(120.438)	(138.486)	(123.743)
Corrente	(135.469)	(132.918)	(140.014)	(136.223)
Diferido	(2.836)	12.480	1.528	12.480

No exercício de 2011 a Companhia deduziu do Imposto de Renda a pagar os incentivos fiscais abaixo:

Descrição	
Lei Ruanet (4%)	2.203
Funcriança (1%)	555
Lei Esporte (1%)	560
Total	**3.318**

d) Composição dos impostos a recuperar

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.884	2.945	2.954	3.055
PIS/COFINS	2.365	1.215	2.415	1.215
ICMS	23.106	14.222	24.884	14.222
Outros Impostos a recuperar	83	105	192	118
Ativo circulante	**28.438**	**18.487**	**30.445**	**18.610**
ICMS	17.277	12.607	17.277	12.607
Ativo não circulante	**17.277**	**12.607**	**17.277**	**12.607**

Notas Explicativas

10 Investimentos

Os investimentos na Controladora – BRGAAP estão assim compostos:

	Em 31/12/2011 e exercício findo nessa data					
	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do investimento	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
RACC	7	99,99%	20.869	20.866	9.281	9.279
Dromegon	7.205	99,99%	12.903	12.903	3.399	3.399
REMP	150.050	99,99%	148.269	148.269	(1.781)	(1.781)
Ágio (a)				1.540		
Outros Investimentos				63		
				183.641	**10.899**	**10.897**

	Em 31/12/2010 e exercício findo nessa data					
	Quantidade de quotas (milhares)	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Lucro Líquido do exercício	Resultado de equivalência patrimonial
RACC	7	99,99%	11.588	11.587	18.090	18.089
Dromegon	7.205	99,99%	9.505	9.504	3.082	3.081
Ágio(a)				1.589		
Outros Investimentos				63		
				22.743	**21.172**	**21.170**

(a) O ágio sobre investimentos em 31 de dezembro de 2011, no montante de R$ 1.540 (R$ 1.589 em 2010), classificado como investimentos na controladora – BRGAAP e como imobilizado no consolidado – IFRS e BRGAAP, refere-se à diferença entre o valor justo à época de aquisição da participação da Dromegon e o valor contábil de bem registrado no imobilizado desta controlada. Referido ágio está sendo amortizado na proporção em que o ativo de origem é realizado.

As movimentações na conta de investimentos da Controladora – BRGAAP, foram as seguintes:

	2011	2010
Saldo inicial	**22.743**	**12.926**
Aporte de capital na REMP	150.050	-
Resultado de participação societária	10.897	21.170
Distribuição dividendos de subsidiárias	-	(11.303)
Amortização de ágio alocado aos ativos das adquiridas	(49)	(50)
Saldo final	**183.641**	**22.743**

11 Imobilizado e intangível

As movimentações do ativo imobilizado da controladora (BRGAAP) e do consolidado (IFRS e BRGAAP) foram as seguintes:

(a) Imobilizado

Notas Explicativas

Controladora – BRGAAP

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/09	**1.367**	**14.852**	**545.878**	**935**	**68.069**	**82**	**631.183**
Adições	-	-	59.723	425	14.072	53.168	127.388
Transferências	-	(2)	33.127	-	(5.953)	(37.022)	(9.850)
Baixas	(1.080)	(10.199)	(13.200)	(275)	(11.849)	(171)	(36.774)
Saldo em 31/12/10	**287**	**4.651**	**625.528**	**1.085**	**64.339**	**16.057**	**711.947**
Adições	-	173	177.995	292	23.475	42.403	244.338
Transferências	-	(52)	42.053	-	630	(42.625)	6
Baixas	-	-	(887)	(319)	(1.898)	(162)	(3.266)
Saldo em 31/12/11	**287**	**4.772**	**844.689**	**1.058**	**86.546**	**15.673**	**953.025**
Depreciação							
Saldo em 31/12/09	**-**	**(8.016)**	**(223.500)**	**(475)**	**(47.400)**	**-**	**(279.391)**
Adições	-	(120)	(51.278)	(203)	(8.183)	-	(59.784)
Transferências	-	33	1.074	-	4.876	-	5.983
Baixas	-	5.708	11.469	110	10.956	-	28.243
Saldo em 31/12/10	**-**	**(2.395)**	**(262.235)**	**(568)**	**(39.751)**	**-**	**(304.949)**
Adições	-	(82)	(61.782)	(188)	(9.661)	-	(71.713)
Transferências	-	28	(31)	-	-	-	(3)
Baixas	-	-	568	294	1.842	-	2.704
Saldo em 31/12/11	**-**	**(2.449)**	**(323.480)**	**(462)**	**(47.570)**	**-**	**(373.961)**
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/09	1.367	6.836	322.378	460	20.669	82	**351.792**
Saldo em 31/12/10	287	2.256	363.293	517	24.588	16.057	**406.998**
Saldo em 31/12/11	287	2.323	521.209	596	38.976	15.673	**579,064**

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS

	Terrenos	Prédios	Móveis, equip., instalações, benfeitorias	Veículos	Computadores e Periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31/12/09	**1.367**	**25.083**	**545.878**	**935**	**68.069**	**82**	**641.414**
Adições	-	-	59.723	425	14.072	53.168	127.388
Transferências	-	(2)	33.127	-	(5.953)	(37.022)	(9.850)
Baixas	(1.080)	(10.199)	(13.200)	(275)	(11.849)	(171)	(36.774)
Saldo em 31/12/10	**287**	**14.882**	**625.528**	**1.085**	**64.339**	**16.057**	**722.178**
Adições (i)	-	173	180.931	528	23.608	43.484	248.724
Adições mais valia (ii)	-	-	11.124	-	308	-	11.432
Aquisição Camicado (ii)	-	-	4.342	264	1.971	-	6.577
Transferências	-	(52)	42.426	-	630	(42.998)	6
Baixas	-	-	(887)	(705)	(1.898)	(162)	(3.652)
Saldo em 31/12/11	**287**	**15.003**	**863.464**	**1.172**	**88.958**	**16.381**	**985.265**
Depreciação							
Saldo em 31/12/09	**-**	**(12.467)**	**(223.500)**	**(475)**	**(47.400)**	**-**	**(283.842)**
Adições	-	(295)	(51.278)	(203)	(8.183)	-	(59.959)
Transferências	-	33	1.074	-	4.876	-	5.983
Baixas	-	5.708	11.469	110	10.956	-	28.243
Saldo em 31/12/10	**-**	**(7.021)**	**(262.235)**	**(568)**	**(39.751)**	**-**	**(309.575)**
Adições	-	(258)	(62.092)	(196)	(9.796)	-	(72.342)
Adições mais valia (ii)	-	-	(3.076)	-	(93)	-	(3.169)
Aquisição Camicado (ii)		-	(1.774)	(138)	(1.640)	-	(3.552)
Transferências	-	28	(29)	-	-	-	(1)
Baixas	-	-	599	394	1.862	-	2.855
Saldo em 31/12/11	**-**	**(7.251)**	**(328.607)**	**(508)**	**(49.418)**	**-**	**(385.784)**
Saldo líquido							
Saldo em 31/12/09	1.367	12.616	322.378	460	20.669	82	**357.572**
Saldo em 31/12/10	287	7.861	363.293	517	24.588	16.057	**412.603**
Saldo em 31/12/11	287	7.752	534.857	664	39.540	16.381	**599.481**

(i) Adições de custo de imobilizado: refere-se principalmente aos investimentos em conexão com plano de expansão e abertura de novas lojas da Companhia.

(ii) "Aquisição Camicado" refere-se aos saldos iniciais da Camicado na data da aquisição (30/04/2011). "Adições mais valia" referem-se aos ajustes a valor justo conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1.

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado:

	Taxa media depreciação (a.a. %)
Terrenos	-
Prédios	3
Móveis, instalações e benfeitorias	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

Notas Explicativas

(b) Intangível

Controladora – BRGAAP

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Total
Custo				
Saldo em 31/12/09	**82.406**	**37.386**	**24**	**119.816**
Adições	32.797	-	100	32.897
Transferências	9.718	(187)	-	9.531
Baixas	(5.773)	-	-	(5.773)
Saldo em 31/12/10	**119.148**	**37.199**	**124**	**156.471**
Adições	37.847	6.892	104	44.843
Transferências	(3)	-	-	(3)
Baixas	-	(135)	-	(135)
Saldo em 31/12/11	**156.992**	**43.956**	**228**	**201.176**
Amortização				
Saldo em 31/12/09	**(47.705)**	**(25.974)**	**(24)**	**(73.703)**
Adições	(14.065)	(1.757)	(5)	(15.827)
Transferências	(5.849)	185	-	(5.664)
Baixas	5.705	-	(5)	5.700
Saldo em 31/12/10	**(61.914)**	**(27.546)**	**(34)**	**(89.494)**
Adições	(19.394)	(1.557)	(29)	(20.980)
Saldo em 31/12/11	**(81.308)**	**(29.103)**	**(63)**	**(110.474)**
Saldo líquido				
Saldo em 31/12/09	34.701	11.412	-	**46.113**
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	**66.977**
Saldo em 31/12/11	75.684	14.853	165	**90.702**

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS

	Sistemas de Informática	Direito de utilização de imóveis	Marcas e Patentes	Intangível Outros	Ágio Camicado (i)	Total
Custo						
Saldo em 31/12/09	**82.406**	**37.386**	**24**	**-**	**-**	**119.816**
Adições	32.797	-	100	-	-	32.897
Transferências	9.718	(187)	-	-	-	9.531
Baixas	(5.773)	-	-	-	-	(5.773)
Saldo em 31/12/10	**119.148**	**37.199**	**124**	**-**	**-**	**156.471**
Adições	40.905	6.892	104	-	-	47.901
Adições mais valia (i)	-	-	28.062	3.500	-	31.562
Ágio Camicado (ii)	-	-	-	-	77.008	77.008
Aquisição Camicado (i)	4.654	-	16	-	-	4.670
Transferências	(3)	-	(5)	-	-	(8)
Baixas	-	(135)	-	-	-	(135)
Saldo em 31/12/11	**164.704**	**43.956**	**28.301**	**3.500**	**77.008**	**317.469**
Amortização						
Saldo em 31/12/09	**(47.705)**	**(25.974)**	**(24)**	**-**	**-**	**(73.703)**
Adições	(14.065)	(1.757)	(5)	-	-	(15.827)
Transferências	(5.849)	185	-	-	-	(5.664)
Baixas	5.705	-	(5)	-	-	5.700
Saldo em 31/12/10	**(61.914)**	**(27.546)**	**(34)**	**-**	**-**	**(89.494)**
Adições	(20.069)	(1.557)	(33)	-	-	(21.659)
Adições mais valia (i)	-	-	-	(467)	-	(467)
Aquisição Camicado (i)	(995)	-	-	-	-	(995)
Baixas	-	-	4	-	-	4
Saldo em 31/12/11	**(82.978)**	**(29.103)**	**(63)**	**(467)**	**-**	**(112.611)**
Saldo líquido						
Saldo em 31/12/09	34.701	11.412	-	-	-	**46.113**
Saldo em 31/12/10	57.234	9.653	90	-	-	**66.977**
Saldo em 31/12/11	81.726	14.853	28.238	3.033	77.008	**204.858**

(i) "Aquisição Camicado" refere-se aos saldos iniciais da Camicado na data da aquisição (30/04/2011). "Adições mais valia" referem-se aos ajustes a valor justo conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1.

(ii) "Ágio Camicado" refere-se ao ágio apurado na aquisição da Camicado conforme descrito nota explicativa nº 1.1.

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível:

	Taxa media amortização (a.a. %)
Sistemas de informática	20
Direito de utilização de imóveis	10
Marcas e patentes	10

(c) *Impairment* de intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida da Companhia referem-se ao ágio e a marca identificados no processo de aquisição da Camicado realizada em 12 de maio de 2011 (nota explicativa nº 1.1). Os respectivos valores de aquisição desses ativos foram lastreados em laudos de avaliação emitidos por peritos em 4 de maio de 2011 e 27 de janeiro de 2012. A Administração da Companhia realizou o teste de eventual *impairment* nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2011, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.11. Para essa análise a Administração da Companhia considerou o negócio Camicado como sendo uma Unidade Geradora de Caixa (UGCs).

O valor recuperável da Camicado foi determinado com base em cálculos do valor em uso, projeções de fluxo de caixa, antes

Notas Explicativas

do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando o plano de abertura de novas lojas e taxas médias de crescimento no longo prazo do setor de varejo na qual a Camicado atua.

12 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	12.138	12.138	12.138	12.138
Encargos Financiamento Banco do Nordeste	106	142	106	142
Empréstimo - capital de giro (b.1)	-	-	5.564	-
Empréstimo - capital de giro – conta garantia (b.2)	-	-	5.693	-
Encargos Financiamento debêntures - série 1 – (c)	12.502	-	12.502	-
Encargos Financiamento debêntures - série 2 – (c)	5.000	-	5.000	-
Total	**29.746**	**12.280**	**41.003**	**12.280**

Passivo não circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamento Banco do Nordeste (a)	24.276	36.415	24.276	36.415
Debêntures - série 1 – (c)	215.100	-	215.100	-
Debêntures - série 2 – (c)	84.900	-	84.900	-
Saldo a amortizar custos de estruturação debêntures	(1.943)	-	(1.943)	-
Total	**322.333**	**36.415**	**322.333**	**36.415**

(a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 20 de dezembro de 2007 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R$ 64.816 a serem liberados em 4 parcelas, garantidos por carta fiança. Até 31 de dezembro de 2011, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R$ 57.647, de cujo montante já foram efetuados pagamentos de principal a partir de 2010. Os encargos estão atualmente em 10% a.a. podendo ser alterados por decreto federal. Em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os encargos são pagos trimestralmente durante a carência de 24 meses (dezembro de 2007 a dezembro de 2009). De janeiro de 2010 a dezembro de 2014 está ocorrendo a amortização mensal do principal, acrescido dos encargos. Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos do referido financiamento a partir de 31 de dezembro de 2011:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2012	12.138	3.534
2013	12.138	2.172
2014	12.138	763
Total	36.414	6.469

(b.1) A Companhia, por intermédio de sua subsidiária Camicado, mantém empréstimos de capital de giro junto ao Banco Itaú BBA S.A. com encargo médio pré fixado de 14,38% ao ano; (b.2) A Camicado captou outro empréstimo de capital de giro na modalidade de conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) com encargo proporcional a 111% do CDI.

(c) Conforme deliberado pelo Conselho de Administração em 13 de junho de 2011, a Companhia, sob a coordenação do Banco Santander (Brasil) S.A., nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400 de 29 de dezembro de 2003, emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures nominativas, escriturais não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da quarta emissão da Companhia, com valor unitário de R$ 10 na data da emissão (15 de julho de 2011), perfazendo o montante total de R$ 300.000. Os recursos oriundos dessa operação serão destinados para otimização da estrutura de capital da Companhia, manutenção de um nível adequado de caixa, financiamento de sua estratégia de expansão orgânica.

Notas Explicativas

A emissão foi feita em duas séries, cujas características são:

	Debêntures	
	Série 1	**Série 2**
Montante	R$ 215,1 milhões	R$ 84,9 milhões
Prazo final	5 anos	6 anos
Taxa inicial *bookbuilding*	CDI + 1,35% a.a.	IPCA + 8,15% a.a.
Taxa final *bookbuilding*	CDI + 1,10% a.a.	IPCA + 7,80% a.a.
Amortizações	Principal: o final do 4º e 5º anos e juros: semestralmente	Principal: o final do 4º, 5ª e 6º anos e juros: anualmente

13 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha financiamentos de serviços financeiros com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Itaú BBA S.A.

Passivo circulante

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Financiamentos – Vendas Financiadas (a.1)	7.152	98.715	7.426	98.735
Financiamentos – Vendas Financiadas (a.2)	4.203	-	4.203	-
Financiamentos – Empréstimo pessoal (b)	-	-	77.058	76.644
Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida (c)	110	69.624	4.086	69.709
Financiamento Clientes inadimplentes Vendor (d)	24.109	19.695	24.109	19.695
Quotas Seniors – FIDC Lojas Renner (e)	-	-	3.050	2.363
Total	**35.574**	**188.034**	**119.932**	**267.146**

(a.1) As operações de vendas financiadas referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais, com encargos de 6,90% a.m. (6,90% a.m. em 2010), sobre as quais a Companhia possui coobrigação de pagamento.

(a.2) São operações de vendas financiadas disponibilizadas em algumas filiais e referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras em compras realizadas na condição de pagamento de sete, nove e onze prestações mensais, com encargos de 4,90% a.m.

(b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela subsidiária RACC, dos quais a Companhia é garantidora.

(c) Os valores de "Financiamento Clientes inadimplentes conta garantida" estão sujeitos a encargos líquidos médios de 12,88% a.a. (12,60% a.a. em 2010), com prazo final de até 180 dias e são utilizados essencialmente para o financiamento da carteira em atraso.

(d) A partir de dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes, que estão sujeitos a encargos de 15,90% a.m. (14,7% a.m em 2010). A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.

(e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.

As operações de financiamentos de recebíveis do passivo circulante possuem prazos de vencimento de curto prazo, em linha com os prazos de realização dos valores registrados no contas a receber.

Passivo não circulante

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Financiamentos				
Moeda nacional:				
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (a)	-	-	350.000	350.000
Saldo a amortizar custos de estruturação FIDC Lojas Renner (b)	-	-	(6.330)	(9.339)
Total	**-**	**-**	**343.670**	**340.661**

(a) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública

Notas Explicativas

nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Lojas Renner em dezembro de 2013.

(b) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

Abaixo, cronograma de pagamentos do principal e encargos dos recursos captados de quotistas senior do FIDC Lojas Renner:

Ano de vencimento	Principal	Juros
2012	-	37.576
2013	350.000	36.035
Total	**350.000**	**73.611**

14 Financiamentos das importações

Em dezembro de 2011, a Companhia iniciou a operação de financiamento de parte de suas importações (FINIMP), realizado junto a uma instituição financeira no Brasil (Banco Bradesco S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e atualizados com juros "*all in*" de 3,26% a.a., composto por taxa Libor, spread bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de 180 dias.

15 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Fornecedores comerciais	272.424	245.178	310.054	245.178
Ajuste a valor presente	(2.235)	(2.317)	(2.235)	(2.317)
Fornecedores uso e consumo	115.993	74.217	122.068	75.424
Total	**386.182**	**317.078**	**429.887**	**318.285**

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2011 totalizou R$ 169.229 (R$ 169.320 em 2010). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

16 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas e ativas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R$ 25.335 na controladora – BRGAAP e R$ 25.787 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R$ 29.777 e R$ 29.784 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R$ 19.566 na controladora e R$ 19.976 no consolidado, em 31 de dezembro de 2011 (R$ 20.647 em 2010), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R$ 6.147 na controladora – BRGAAP e R$ 6.189 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R$ 9.508 e R$ 9.515 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante, sendo R$ 5.769 na controladora – BRGAAP e R$ 5.811 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R$ 9.130 e R$ 9.137 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) de natureza tributária e R$ 378 (R$ 378 em 2010) de natureza cível.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A síntese das movimentações das provisões foram as seguintes:

Controladora – BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
Cíveis	11.943	614	-	-	-	12.557
Trabalhistas	5.638	1.081	-	(430)	-	6.289
Total passivo circulante – Controladora	**17.581**	**1.695**	**-**	**(430)**	**-**	**18.846**

Notas Explicativas

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
Cíveis	11.943	650	-	(26)	-	12.567
Trabalhistas	5.638	1.349	-	(430)	-	6.557
Total passivo circulante – Consolidado	**17.581**	**1.999**	**-**	**(456)**	**-**	**19.124**

Controladora – BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
ICMS (a)	33.556	4.012	(629)	(7.005)	2.510	32.444
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	6.553	-	-	2.597	12.766
Outros impostos e contribuições (c)	12.574	7.925	-	(705)	1.496	21.290
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	-	1.081	-	-	(19.566)
Total passivo não circulante	**43.272**	**18.887**	**(14.118)**	**(7.710)**	**6.603**	**46.934**

Consolidado – IFRS e BRGAAP	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Reversões	Encargos	Saldos em 31/12/2011
ICMS (a)	33.556	4.012	(629)	(7.005)	2.510	32.444
Imposto de renda e contribuição social (b)	3.616	6.553	-	-	2.597	12.766
Outros impostos e contribuições (c)	12.716	8.545	-	(705)	1.496	22.052
Cíveis (d)	14.173	397	(14.570)	-	-	-
(-) Depósitos judiciais relacionados	(20.647)	(410)	1.081	-	-	(19.976)
Total passivo não circulante	**43.414**	**19.097**	**(14.118)**	**(7.710)**	**6.603**	**47.286**

a) Referem-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange o crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e aquisições de ativo imobilizado. Também estão incluídos neste montante questionamento realizado por autoridade fiscal, por meio de auto de lançamento, de crédito de ICMS nas devoluções de mercadorias dos clientes, do crédito de ICMS de compras de fornecedores com inscrição estadual baixada, como também de crédito de ICMS de aquisições de imobilizado utilizados para reformas e outros itens classificados pelo fisco como não essenciais à atividade;

b) Referem-se a discussões relacionadas à glosa de ajustes no lucro tributável, decorrentes de correção monetária de balanço, compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, diferenças apontadas pela autoridade fiscal por ter atribuído a Controladora, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada RACC tributada pelo lucro presumido, apropriação de crédito de benefícios relacionados à Lei da Inovação, entre outros;

c) São diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, fundo de garantia, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, majoração nos encargos de seguro de acidente de trabalho, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos, de acordo com os mesmos critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota;

d) Estão reconhecidas nesta linha, provisões para processos de natureza cível, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos assessores jurídicos. Em 3 de março de 2011, foram pagos R$ 14.712, quitando processo para cujo risco a Companhia mantinha provisão de perda.

Em 31 de dezembro de 2011, o montante estimado para processos judiciais e procedimentos administrativos representativos de contingências passivas relacionadas a questões tributárias cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, era de R$ 140.697 na controladora – BRGAAP e R$ 141.754 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R$ 111.201 e R$ 111.208 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente). Para os processos classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais sobre a contingência. Do saldo da provisão para riscos tributários consignado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, R$ 34.165 na controladora – BRGAAP e R$ 34.770 no consolidado - IFRS e BRGAAP (R$ 24.000 e R$ 24.001, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010) referem-se a estimativas de custas processuais para estes processos. Embora a Administração entenda que a probabilidade de desembolso com estes processos individualmente seja pequena, pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados.

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como possível no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos.

Notas Explicativas

17 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	2.678	2.248	24.202	5.592
Obrigações com clientes (b)	11.308	12.914	14.131	12.916
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	6.660	6.980	6.944	7.345
Obrigações aos ex-controladores Camicado (d)	-	-	361	-
Outras obrigações	11.107	12.410	7.104	12.410
Total de outras obrigações – passivo circulante	**31.753**	**34.552**	**52.742**	**38.263**

Passivo não circulante	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Moeda nacional:				
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	4.551	-	7.744	4.749
Obrigações relacionadas ás operações com seguros (c)	3.515	2.929	3.515	2.929
Obrigações aos ex-controladores da Camicado (d)		-	15.000	-
Total de outras obrigações – passivo não circulante	**8.066**	**2.929**	**26.259**	**7.678**

(a) referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira; (b) referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues; (c) adiantamentos relacionados às operações de seguros referente contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização; e (d) saldo da contraprestação retida pela Companhia no processo de aquisição da Camicado, conforme nota explicativa nº 1.1.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social	45.790	22.037	46.073	23.001
ICMS a recolher	114.292	77.104	113.031	77.104
Encargos sociais	19.164	15.744	20.235	15.753
PIS/COFINS	44.700	41.354	45.687	41.480
Outros tributos	3.603	4.934	6.482	5.089
Total passivo circulante	**227.549**	**161.173**	**231.508**	**162.427**
PAES (a)	650	1.881	650	1.881
ICMS a recolher – Pró-Emprego (b)	26.732	32.398	26.732	32.398
AVP - ICMS a recolher - Pró-Emprego	(4.931)	(5.315)	(4.931)	(5.315)
Outros	-	-	932	-
Total passivo não circulante	**22.451**	**28.964**	**23.383**	**28.964**

(a) Em 30 de maio de 2003, foi editada a Lei 10.684 que trata, entre outros pontos, do Parcelamento Especial – PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social, constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em 31 de julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O montante está sendo pago em parcelas mensais atualizadas com base na TJLP, cujo vencimento final é no ano de 2013.

(b) A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. Os valores de ICMS a recolher apurados naquele estabelecimento serão pagos num prazo de 24 meses a contar da data de ocorrência do fato gerador, nas apurações mensais efetuadas a partir de junho de 2007, conforme deferido em ato da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Para a manutenção do enquadramento no Programa Pró-Emprego, a Companhia contribui, sobre os benefícios assegurados no referido programa, com 2,5% e 2% respectivamente, para o Fundo Pró-Emprego e para o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

Notas Explicativas

19 Capital social e reservas

19.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 421.683 (R$ 408.734 em 2010), representado por 122.821.065 (cento e vinte dois milhões, oitocentos e vinte e um mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 43 do Estatuto Social da Companhia, qualquer acionista que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BOVESPA e do Estatuto Social da Companhia, em condições tais que protejam os interesses dos demais acionistas. Em 31 de dezembro de 2011, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

19.2 Reservas de capital

a) Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

b) Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE).

19.3 Reservas de lucros

a) Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 35, item (c) do estatuto social da Companhia.

b) Reserva legal

Esta reserva é constituída conforme determina a legislação societária.

c) Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos em excesso ao mínimo obrigatório, cuja destinação é realizada por aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 34.

20 Ajuste de avaliação patrimonial

São apresentados como ajuste de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos (notas explicativas nº 3.17 e 22). O montante dos ajustes registrados representa um ganho, líquido de impostos, no montante de R$ 2.140 (R$ 2.610 de perda líquida de impostos em 2010) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

21 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação,

Notas Explicativas

para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinado a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	Controladora – BRGAAP e Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	336.907	308.028
Denominador básico		
Média ponderada de ações ordinárias	122.494	121.981
LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO	**2,7504**	**2,5252**
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	336.907	308.028
Denominador diluído		
Média ponderada de ações ordinárias	122.494	121.981
Mais:		
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções de ações	2.448	2.242
Total	124.942	124.223
LUCRO POR AÇÃO – DILUÍDO	**2,6965**	**2,4796**

22 Instrumentos financeiros e gestão de capital

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos operados pela Companhia incluem, (i) recebíveis, composto por contas a receber de clientes pela venda de mercadorias e equivalentes de caixa; e (ii) derivativos usados para hedge.

Os instrumentos financeiros passivos operados pela Companhia incluem, (i) Fornecedores; e (ii) Empréstimos e financiamentos.

22.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Empréstimos e financiamentos

As taxas de juros dos empréstimos contratados, no encerramento do período, se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazos e riscos semelhantes e, portanto, o valor contábil dos empréstimos são similares aos de mercado.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração.

Notas Explicativas

22.3 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco limitado ao valor do prêmio pago do derivativo que visa proteger a exposição de variação de preços da moeda.

A gestão de risco é realizada pela área de finanças corporativas da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% do custo FOB de suas importações e financiamentos de importação, via operações de *hedge*, compostas por contratos de opções de compra de dólar norte americano (nota explicativa nº 3.17). O *hedge* é utilizado somente como um instrumento de proteção de valor da Companhia, e nunca como um instrumento especulativo, podendo ser realizado em operações expostas à moeda estrangeira que tenham impacto financeiro na empresa.

Uma vez definido o planejamento de compras, é tomado por base o nível de preço de moeda que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local, dentro dos padrões de margem de lucro esperados e dos prazos de entrega prováveis e, a partir daí se define o preço de exercício e vencimentos que nortearão a contratação das opções de compra de dólar norte americano. Para contratação das opções de compra de dólar norte americano destinadas a *hedge* das operações de financiamento de importações, toma-se por base as mesmas premissas relacionadas a preço de exercício do *hedge* para pedidos de importação e considera-se o mesmo vencimento dos financiamentos para o qual foram contratadas. Para determinação do preço de exercício e vencimento de opções de compra de dólar norte americano destinadas a *hedge* dos pedidos de importação de ativo imobilizado, leva-se em conta o custo previsto no projeto de investimento a ele relacionado, bem como o prazo de pagamento do mesmo.

Ao limitar-se ou reduzir-se os riscos cambiais incorridos na execução das operações da Companhia, através da contratação de instrumentos derivativos, busca-se garantir rentabilidade mínima nas transações que envolvam ativos ou passivos precificados em moeda estrangeira, como na lucratividade oriunda da comercialização de produtos importados ou na limitação de custos em operações de dívida em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa com pagamento de taxa de juros fixa, atrelados ao CDI e como parte do custo a variação de índices de inflação. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI e recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Considerando a manutenção de posições de equivalentes de caixa indexados ao CDI e em patamares superiores às captações de dívida, também atreladas ao CDI, parte em taxas de juros fixas e parte indexados a índices de inflação, posições de financiamentos de clientes em montantes equivalentes às linhas de crédito tomadas para financiamento destas operações e indexadas pelas mesmas taxas, levando em conta ainda a estrutura de financiamento das operações, predominantemente de capital próprio, a Administração entende que seus resultados possuem baixa sensibilidade a variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito aos seus clientes.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). A Companhia registrou provisão para perdas em crédito no montante de R$ 65.001 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 57.085 em 2010), para cobrir os riscos de

Notas Explicativas

crédito. O agendamento (*aging*) de recebimentos e a provisão de perdas com crédito reconhecidas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Os ativos representados por equivalentes de caixa, depósitos em bancos e derivativos, tem como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreados em títulos garantidos por estas instituições.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia tem espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (notas explicativas nº 12 e 13), não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros, a principal operação com cláusulas dessa natureza são as Debêntures emitidas em 15 de julho de 2011. A síntese dos índices financeiros (*Covenants)* previstos nessa operação, conforme documento de oferta pública registrado na CVM são: i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5; ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero). A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2011, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

O passivo financeiro mantido pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 é representado basicamente pelos empréstimos e financiamentos, cuja expectativa de fluxos de caixa futuros encontra-se apresentada nas notas explicativas nº 12 e 13.

22.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela diretoria, somente para proteção de risco cambial assumido em pedidos de importações e financiamentos de importações, conforme descrito na nota explicativa nº 3.17.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem contratadas opções de compra de dólar norte americano cujos valores nominais totalizam US$ 90.738 mil, com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco do Brasil S.A. Cada opção de compra de dólar norte americano assegura o direito à Companhia de adquirir a referida moeda a um preço estabelecido para o vencimento (preço de exercício). Em 31 de dezembro de 2011, o preço de exercício médio das opções de compra de dólar adquiridas era de R$ 1,8356 para cada dólar.

A avaliação do valor justo das opções de compra de dólar é estabelecida com base no mercado ativo (nível 1). Em 31 de dezembro de 2011, o valor justo dos derivativos apresentados pela Companhia foi de R$ 11.192, sendo R$ 9.596 alocado nos estoques, como importações em andamento, R$ 527 alocados em adiantamentos a fornecedores de imobilizado e R$ 1.069 referente a *hedge* do Financiamento de importações (FINIMP), alocado em outras contas a receber. Esse montante representa o risco máximo do instrumento contratado, já que a opção de compra de dólar assegura um direito e não impõe obrigações ao contratante.

A tabela a seguir sumaria as informações referentes às opções de compra de dólar norte americano em aberto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

Período	Operação	Valor pago pelas opções em aberto	Valor justo das opções	Vencimentos
31/12/2011	Opção de compra de dólar	7.981	11.192	De 31/01/12 a 28/12/12
31/12/2010	Opção de compra de dólar	4.604	650	De 31/01/11 a 29/07/11

A tabela a seguir sumaria os resultados dos derivativos diferidos no patrimônio líquido, considerando a aplicação do conceito de *hedge* de fluxo de caixa:

Período	Ganho / (perda) diferidas - bruta	IR/CSLL (34%)	Ganho / (perda) diferidas – líquida
31/12/2011	3.243	(1.103)	2.140
31/12/2010	(3.954)	1.344	(2.610)

Notas Explicativas

Considerando que os instrumentos contratados têm a finalidade de proteger a Companhia contra riscos de alta da moeda norte americana, segue análise de sensibilidade para três cenários hipotéticos, sendo um cenário esperado à época das contratações e dois cenários de alta do dólar norte americano, em 31 de dezembro de 2011:

Período	Operação	Valor de referência da cobertura US$	Cotação US$ exercício	Risco	Resultado *Hedge* Cenário esperado	Resultado bruto *Hedge* Cenário I (alta 25%)	Resultado bruto *Hedge* Cenário II (alta 50%)
31/12/2011	Opção de compra de dólar	90.738	1,8356	Alta do US$	(7.981)	33.649	75.289
31/12/2010	Opção de compra de dólar	44.743	1,7885	Alta do US$	(4.604)	15.382	35.388

Cabe destacar que os cenários acima representam as potenciais oscilações sobre o risco de cambio sobre os compromissos assumidos por pedido de importação ou financiamento de importação, cujos montantes estão integralmente protegidos por operações de derivativos, assim caso esses cenários hipotéticos venham a se confirmar a Companhia não espera incorrer em perdas superiores aos valores pagos pelas opções de compra de dólar.

22.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia tem utilizado essencialmente capital próprio para o financiamento de suas atividades, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de patrimônio líquido, bem como quando comparado à sua posição de caixa. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA), e tem apresentando nos últimos anos, disponibilidades líquidas, conforme tabela abaixo:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
Disponibilidades líquidas	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Caixa e equivalentes de caixa	431.412	457.538	578.264	683.661
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	(29.746)	(12.280)	(41.003)	(12.280)
Não circulante	(322.333)	(36.415)	(322.333)	(36.415)
Disponibilidade líquidas	**79.333**	**408.843**	**214.928**	**634.966**

As posições de financiamentos atreladas à operação de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações são tratadas como financiamentos operacionais e portanto, são desconsideradas para fins de cálculo das disponibilidades líquidas.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

23 Partes relacionadas

A Companhia, sociedades controladas e pessoas ligadas, realizaram algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

a) Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Remuneração nos termos do art. 21 do Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração dos administradores totalizou R$ 6.114 (R$ 7.110 no exercício de 2010), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 29).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2011 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R$ 10.000 para o exercício social de 2011.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui planos de remuneração baseado em ações (nota explicativa nº 26). No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R$ 10.590 (R$ 14.102 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010), apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Notas Explicativas

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 35, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

b) Contexto Controladora

Contratos de Locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 5,5% das vendas mensais líquidas de tributos realizadas pela loja e (ii) R$ 142 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de Prestação de Serviço de Concessão de Empréstimos e Intermediação de Venda de Títulos de Capitalização

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua subsidiária, RACC, mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos titulares do Cartão Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A Lojas Renner participa na operação com sua infra-estrutura operacional e como garantidora da operação. A RACC também oferece venda de títulos de capitalização através de um contrato de cooperação comercial realizado com a empresa Icatu Hartford Capitalização S.A..

Utilização do Cartão Renner na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner a utilização dos mesmos em compras na Camicado.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011, bem como os valores das transações registrados no resultado do período relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

	Controladas				
	Dromegon	RACC	Camicado	2011	2010
Saldos em 31 de dezembro de – Passivo					
Aluguéis a pagar	9.190	-	-	9.190	5.647
Conta corrente com empresas ligadas	-	8.061		8.061	17.335
Saldo do Cartão Renner			4.175	4.175	-
Transações no exercício					
Despesas com aluguéis	4.097	-	-	4.097	3.724

24 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, conforme demonstrado abaixo.

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Responsabilidade civil	102.100	57.000
Riscos diversos – Imobilizado e estoques	1.296.621	1.003.003
Veículos	14.264	9.104

25 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os

Notas Explicativas

membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em março de 2009, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 5 (cinco) anos, remuneração compreendendo um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia.

26 Plano de opção de compra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de fevereiro de 2011, foi aprovada a proposta do Comitê de Remuneração para implementação de um novo programa do plano de opção de compra de ações (7º outorga), outorgando 638 mil opções de compra de ações da Companhia. O preço de exercício das opções ficou estabelecido em R$ 51,42 (cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos) por ação. Não haverá atualização monetária no preço de exercício das opções.

Os programas prevêem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3º outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 40, 41, 42 e 43 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultar em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. O 1º e 2º programas de outorga de opções dos Administradores prevêem o comprometimento para que não sejam vendidas, transferidas, oneradas ou de qualquer outra forma negociada o equivalente a 50% das ações que vierem a ser subscritas e integralizadas em razão do exercício das opções outorgadas por um período de um ano contado da data de subscrição e integralização das referidas ações. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência (*vesting*) total de seis anos contados da data de outorga. A partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return* (*TSR*), estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 5.264 mil opções (5.159 mil em 2010), representando, no total, aproximadamente 4,29% das 122.821.065 ações emitidas pela Companhia.

A despesa contabilizada corresponde ao valor justo dos respectivos instrumentos financeiros, calculado na data da outorga, com base no modelo de *Black&Scholes*, registrado em uma base "pro rata temporis", durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a despesa com plano de opções de compra de ações totalizou R$ 18.073 (R$ 17.385 no exercício de 2010).

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações, o preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e o valor da opção corrigido pelo IPCA nesta mesma data:

	1º outorga A	1º outorga B	2º outorga	3º outorga A	3º outorga B	4º outorga	5º outorga
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	760	55	815	517	250	1.029	1.094
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	(634)	(50)	(488)	(122)	-	(38)	(28)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	(126)	(5)	(216)	(234)	-	(185)	(129)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2011 – mil	-	-	111	161	250	806	937
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R$	N/A	N/A	27,93	29,01	29,83	34,25	15,15
Valor de mercado da ação em 31/12/2011– R$	48,41	48,41	48,41	48,41	48,41	48,41	48,41

Notas Explicativas

	Outorga contratual	6º outorga A	6º outorga B	7º outorga	Total 31/12/2011	Total 31/12/2010
Total de opções de compra de ações emitidas – mil –	1.822	601	10	638	7.591	6.953
(-) Exercício das opções de compra de ações – mil	-	-	-	-	(1.360)	(887)
(-) Cancelamento das opções de compra de ações – mil	-	(39)	-	(33)	(967)	(907)
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31/12/2011 – mil	1.822	562	10	605	5.264	5.159
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 (1º e 2º outorgas corrigidos pelo IPCA) – R$	14,44	38,65	38,97	51,42		
Valor de mercado da ação em 31/12/2011– R$	48,41	48,41	48,41	48,41		

Considerando o exercício das 4.659 mil opções *in the money* (2º, 3º, 4º, 5º e 6º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2011:

Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2011	1.154.017
Quantidade de ações em 31/12/2011 – mil	122.821
Valor patrimonial da ação em 31/12/2011 – R$	9,40
Valor do Patrimônio Líquido em 31/12/2011, considerando o exercício das opções *in the Money*	1.259.458
Quantidade de ações em 31/12/2011, considerando o exercício das opções *in the Money*	127.480
Valor patrimonial da ação em 31/12/2011, considerando o exercício das opções *in the Money*	9,88
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções *in the Money*	3,65%

Na determinação do valor justo das opções de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	1º Outorga (A)	1º Outorga (B)	2º Outorga	3º Outorga (A)	3º Outorga (B)	4º Outorga
Data da outorga	29/07/05	17/10/05	01/06/06	30/04/07	15/05/07	31/03/08
Dividend yield	-	-	1,21%	0,95%	0,89%	2,04%
Volatilidade do preço da ação	25,97%	59,37%	46,85%	34,46%	36,15%	51,39%
Taxa de juro livre de risco	14,87%	14,19%	14,92%	10,05%	9,69%	12,51%
"Vesting period"	-	-	0,41 anos	1,31 anos	1,35 anos	2,23 anos
Número de opções	760	55	815	517	250	1.029
Valor justo na data da outorga	5.022	443	13.484	7.772	4.191	21.565
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 - (1º e 2º outorgas corrigidas pelo IPCA) – R$	8,72	12,44	27,93	29,01	29,83	34,25

	5º Outorga	Outorga contratual	6º Outorga (A)	6º Outorga (B)	7º Outorga
Data da outorga	19/01/09	30/03/09	18/01/10	15/03/10	16/02/11
Dividend yield	2,21%	2,65%	3,07%	2,93%	3,65%
Volatilidade do preço da ação	79,74%	57,45%	33,65%	35,38%	42,84%
Taxa de juro livre de risco	11,39%	11,02%	12,12%	11,51%	11,80%
"Vesting period"	3,04 anos	3,23 anos	4,03 anos	4,18 anos	5,12 anos
Número de opções	1.094	1.822	601	10	638
Valor justo na data da outorga	14.079	16.296	12.349	218	19.040
Valor da opção para exercício em 31/12/2011 - R$	15,15	14,44	38,65	38,97	51,42

27 Plano de aposentadoria e pensão

A Companhia não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores.

Notas Explicativas

28 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui penhora de dois dos seus imóveis registrados no Ativo Imobilizado, decorrente de débitos que estão sob discussão com a Fazenda Nacional.

Em 31 de julho de 2003, a Companhia optou por incluir os débitos com a Fazenda Nacional e FNDE, objeto de penhor, que totalizavam na data R$ 1.074, no parcelamento especial instituído pela Lei 10.684/2003 (PAES). Referido parcelamento, destacado na nota explicativa nº 18, vem sendo regularmente pago pela Companhia e tem vencimentos programados até outubro de 2013, data em que poderão ser liberados os gravames sobre os referidos imóveis.

A Companhia mantém "Financiamentos clientes inadimplentes conta garantida" para financiamento de seus clientes, assumindo na condição de avalista e responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2011, R$ 110 na Controladora – BRGAAP e R$ 4.086 no Consolidado - IFRS e BRGAAP (R$ R$ 69.624 e R$ 69.709 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principal e acessórias, oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2011, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R$ 11.355 na controladora – BRGAAP e R$ 11.629 no consolidado – IFRS e BRGAAP (R$ 98.715 e R$ 98.735 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente), vide nota explicativa nº 13.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2011, R$ 24.109 na controladora e no consolidado (R$ 19.695 em 2010).

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos titulares do Cartão Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto aos Bancos, na condição de fiador e principal pagador, a plena e direta responsabilidade por todas as obrigações, principal e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos titulares do Cartão Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2011, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R$ 77.058 (R$ 76.644 em 2010), conforme nota explicativa nº 13.

29 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Remuneração dos administradores	(6.114)	(7.110)	(6.114)	(7.110)
Tributárias	(24.221)	(23.545)	(25.116)	(23.560)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(72.917)	(48.749)	(86.542)	(52.346)
Outras receitas operacionais	9.411	7.512	9.411	7.513
Recuperação de créditos fiscais (a)	6.084	6.098	6.084	6.098
Outras despesas operacionais	(6.912)	(3.845)	(6.912)	(3.845)
Participação empregados (b)	(4.946)	(21.871)	(4.949)	(21.871)
Outros resultados operacionais	**(99.615)**	**(91.510)**	**(114.138)**	**(95.121)**

(a) Refere-se à recuperação de créditos fiscais em nível administrativo ou judicial.

(b) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

Notas Explicativas

30 Resultado financeiro

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras	41.148	36.643	41.613	36.643
Despesas financeiras	(35.010)	(11.444)	(37.220)	(11.513)
Outras (despesas) / receitas financeiras	(1.664)	2.206	(1.633)	2.167
Resultado financeiro, líquido	**4.474**	**27.405**	**2.760**	**27.297**

31 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração.

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em varejo e produtos financeiros.

A tabela abaixo demonstra essa segregação:

	Controladora – BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita líquida	2.795.085	2.462.683	310.746	263.921	3.105.831	2.726.604
Custo das vendas	(1.317.873)	(1.182.367)	(20.884)	(27.092)	(1.338.757)	(1.209.459)
(Despesas)						
Vendas	(746.428)	(645.290)	-	-	(746.428)	(645.290)
Administrativas e gerais	(239.610)	(211.764)	-	-	(239.610)	(211.764)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(106.703)	(88.170)	(106.703)	(88.170)
Outros resultados operacionais	(26.698)	(42.761)	(72.917)	(48.749)	(99.615)	(91.510)
LAJIDA (nota explicativa nº 3.22)	**464.476**	**380.501**	**110.242**	**99.910**	**574.718**	**480.411**

	Consolidado – IFRS e BRGAAP					
	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receita líquida	2.896.617	2.462.683	341.926	288.655	3.238.543	2.751.338
Custo das vendas	(1.375.245)	(1.182.367)	(20.884)	(27.092)	(1.396.129)	(1.209.459)
(Despesas)						
Vendas	(775.541)	(641.702)	-	-	(775.541)	(641.702)
Administrativas e gerais	(250.682)	(211.764)	-	-	(250.682)	(211.764)
Perdas em créditos, líquidas	-	-	(109.427)	(88.172)	(109.427)	(88.172)
Outros resultados operacionais	(27.596)	(42.775)	(86.542)	(52.346)	(114.138)	(95.121)
LAJIDA (nota explicativa nº 3.22)	**467.553**	**384.075**	**125.073**	**121.045**	**592.626**	**505.120**

32 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía 200 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 170 contratos referentes à operação da Controladora (147 em 2010) e 30 contratos referentes à operação da Camicado. A Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no contexto da controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 23, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R$ 132.375 (R$ 105.697 no exercício de 2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 33.405 (R$ 26.456 em 2010).

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no contexto consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 23, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R$ 134.585 (R$ 102.109 no exercício de 2010). O saldo da conta de aluguéis a pagar, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 24.961 (R$ 20.809 em 2010).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011 totalizam um montante mínimo de R$ 875.680, assim distribuídos:

	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante
Aluguéis	875.680	137.159	134.769	132.135	113.625	98.810	259.182

33 Despesas por natureza

Os custos das vendas de mercadorias é composto basicamente pela baixa do custo dos estoques de mercadoria vendidas e a realização do ajuste a valor presente de fornecedores e custo de *hedge* incluídos nos estoques. Os custos dos produtos e serviços financeiros é composto basicamente pelo custo das captações de recursos para repasse.

Apresentamos a seguir, a segregação por natureza, das despesas apresentadas nas demonstrações do resultado de acordo com sua função:

	Controladora - BRGAAP		Consolidado – IFRS e BRGAAP	
	2011	2010	2011	2010
Vendas:	**(746.428)**	**(645.290)**	**(775.541)**	**(641.702)**
Despesas com pessoal	(280.576)	(243.984)	(295.121)	(243.984)
Despesas com serviços de terceiros	(140.603)	(132.850)	(143.201)	(132.850)
Despesa com ocupação	(177.712)	(146.688)	(184.892)	(143.100)
Outras despesas	(147.537)	(121.768)	(152.327)	(121.768)
Administrativas e gerais:	**(239.610)**	**(211.764)**	**(250.682)**	**(211.764)**
Despesas com pessoal	(99.619)	(82.367)	(101.022)	(82.367)
Despesas com serviços de terceiros	(47.710)	(46.273)	(53.080)	(46.273)
Despesa com ocupação	(11.696)	(7.304)	(11.819)	(7.304)
Outras despesas	(80.585)	(75.820)	(84.761)	(75.820)
Perdas em créditos, líquidas	**(106.703)**	**(88.170)**	**(109.427)**	**(88.172)**
Outros resultados operacionais	**(99.615)**	**(91.510)**	**(114.138)**	**(95.121)**
Total das despesas	**(1.192.356)**	**(1.036.734)**	**(1.249.788)**	**(1.036.759)**

34 Destinações do lucro

Apresentamos a seguir, demonstrativo dos juros de capital próprio e dividendos aprovados em 2011 e 2010 (Controladora BRGAAP e Consolidado BRGAAP e IFRS):

	2011			2010		
	R$ (mil)	Ações em circulação	R$ / ação	R$ (mil)	Ações em circulação	R$ / ação
Lucro Líquido	**336.907**	**122.821**	**-**	**308.028**	**122.349**	**-**
Juros sobre o capital próprio	**76.446**	**-**	**-**	**70.228**	**-**	**-**
1º trimestre	18.474	122.349	0,1510	-	-	-
2º trimestre	18.920	122.537	0,1544	-	-	-
3º trimestre	19.376	122.551	0,1581	-	-	-
4º trimestre	19.676	122.821	0,1602	70.228	122.349	0,5740
Dividendos	**176.234**	**-**	**-**	**160.793**	**-**	**-**
4º trimestre	176.234	122.821	1,434889	160.793	122.349	1,3142
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	**252.680**	**-**	**2,058589**	**231.021**	**-**	**1,8882**
Dividendos e juros computados ao exercício sobre lucro líquido (%)	75%			75%		

Notas Explicativas

A Administração da Companhia propôs, em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 14 de março de 2011, 26 de junho de 2011, 23 de setembro de 2011 e 19 de dezembro de 2011, a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio do exercício de 2011, nos montantes de R$ 18.474 (R$ 0,1510 por ação), de R$ 18.920 (R$ 0,1544 por ação), de R$ 19.376 (R$ 0,1581 por ação) e de R$ 19.676 (R$ 0,1602 por ação), respectivamente. A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R$ 6.690 em 31 de dezembro de 2011, R$ 6.588 em 30 de setembro de 2011, R$ 6.433 em 30 de junho de 2011 e R$ 6.281 em 31 de março de 2011, conforme nota explicativa nº 9.

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de janeiro de 2012, a distribuição de 75% do lucro líquido gerado no exercício de 2011, complementando, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2012. A soma do juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 75% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do estatuto social da Companhia.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R$ 84.227, conforme previsto no art. 36, item (c) do estatuto social da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão, previstos para o exercício social de 2011. Conforme o art. 199 da Lei 6404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

* * *

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2012, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Considerando tratar-se de projeções e perspectivas de negócios, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos e capital de giro.

Para fazer frente aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 25% do lucro líquido do exercício de 2011 no montante de R$ 84,2 milhões, totalizando em 31 de dezembro de 2011, R$ 379,5 milhões na conta de Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão.

Fontes de Financiamento	R$ milhões
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Investimento e Expansão	379,5
Orçamento de Capital – Aplicações de Recursos	**2012 Projeção**
Investimentos e Ativos Fixos	**(400,0)**
Novas Lojas	(210,4)
Remodelações e Reformas	(99,9)
Sistemas e Equipamentos de Tecnologia	(36,5)
Outros	(53,2)
Investimentos em Controladas	**(20,0)**
Total de Aplicações de Recursos	**(420,0)**

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Investimento e Expansão nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2011, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2012 para suporte do plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

Porto Alegre, 6 de Fevereiro de 2012.
Conselho de Administração

Claudio Thomaz Lobo Sonder
Presidente do
Conselho de Administração

Egon Handel
Vice Presidente do
Conselho de Administração

José Galló
Conselheiro

Pedro Pezzi Eberle
Conselheiro

Deborah Patricia Wright
Conselheira

José Carlos Hruby
Conselheiro

Flavia Buarque de Almeida
Conselheira

Diretoria

José Galló
Diretor Presidente

Adalberto Pereira dos Santos
Diretor Administrativo e Financeiro e
de Relações com Investidores

Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Diretor de Compras

Clarice Martins Costa
Diretora de Recursos Humanos

Paulo José Marques Soares
Diretor de Operações

Leandro Fachin Balbinot
Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Lojas Renner S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lojas Renner S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Lojas Renner S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Renner S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações
financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lojas Renner S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Lojas Renner S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos
Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requeridas pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação de demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2012

PricewaterhouseCoopers Carlos Biedermann
Auditores Independentes Contador CRC 1RS029321/O-4
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Lojas Renner S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes – PricewaterhouseCoopers, datado de 31 de janeiro de 2012, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2012.

Francisco Sérgio Quintana da Rosa

Helena Turola de Araújo Penna

Isabel da Silva Ramos Kemmelmeier

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade como inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011, autorizando sua conclusão nesta data.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2012.

Diretoria

José Galló
Diretor Presidente

Adalberto Pereira dos Santos
Diretor Administrativo e Financeiro e
de Relações com Investidores

Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Diretor de Compras

Clarice Martins Costa
Diretora de Recursos Humanos

Paulo José Marques Soares
Diretor de Operações

Leandro Fachin Balbinot
Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade como inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício de 2011, emitido nesta data.

A diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido parecer, exceto em relação à ênfase colocada a respeito do tratamento contábil adotado pela Controladora na avaliação dos investimentos em sociedades controladas, utilizando o método de equivalência patrimonial e não o custo ou valor justo, previsto para Demonstrações Contábeis separadas no IFRS.

A utilização do método de equivalência patrimonial está respaldada pelo art. 248 da Lei nº 6.404/76, pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 e pela Norma Internacional IAS 28, logo, sua adoção não só é recomendada, como obrigatória segundo as normativas vigentes. Ressalte-se ainda que, para atender o pressuposto da IN 12 do Pronunciamento Técnico CPC 43 (R1), de que o resultado e patrimônio líquido das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas devem ser iguais, a avaliação de investimentos em controladas pela equivalência patrimonial é imprescindível, ainda que referido pronunciamento mencione esta exceção.

A divergência apontada na ênfase toma por base a orientação das normas internacionais e comunicado técnico do Ibracon 04/2010 quanto à avaliação de investimentos em Demonstrações Contábeis Separadas, que entendemos, são diferentes às Demonstrações Contábeis Individuais, de apresentação obrigatória no Brasil.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2012.

Diretoria

José Galló
Diretor Presidente

Adalberto Pereira dos Santos
Diretor Administrativo e Financeiro e
de Relações com Investidores

Haroldo Luiz Rodrigues Filho
Diretor de Compras

Clarice Martins Costa
Diretora de Recursos Humanos

Paulo José Marques Soares
Diretor de Operações

Leandro Fachin Balbinot
Diretor de Tecnologia da Informação e Gestão